

Relatório e Contas **2006**

MAPFRE SEGUROS GERAIS

www.mapfre.pt

MAPFRE SEGUROS GERAIS

RELATÓRIO E CONTAS 2006



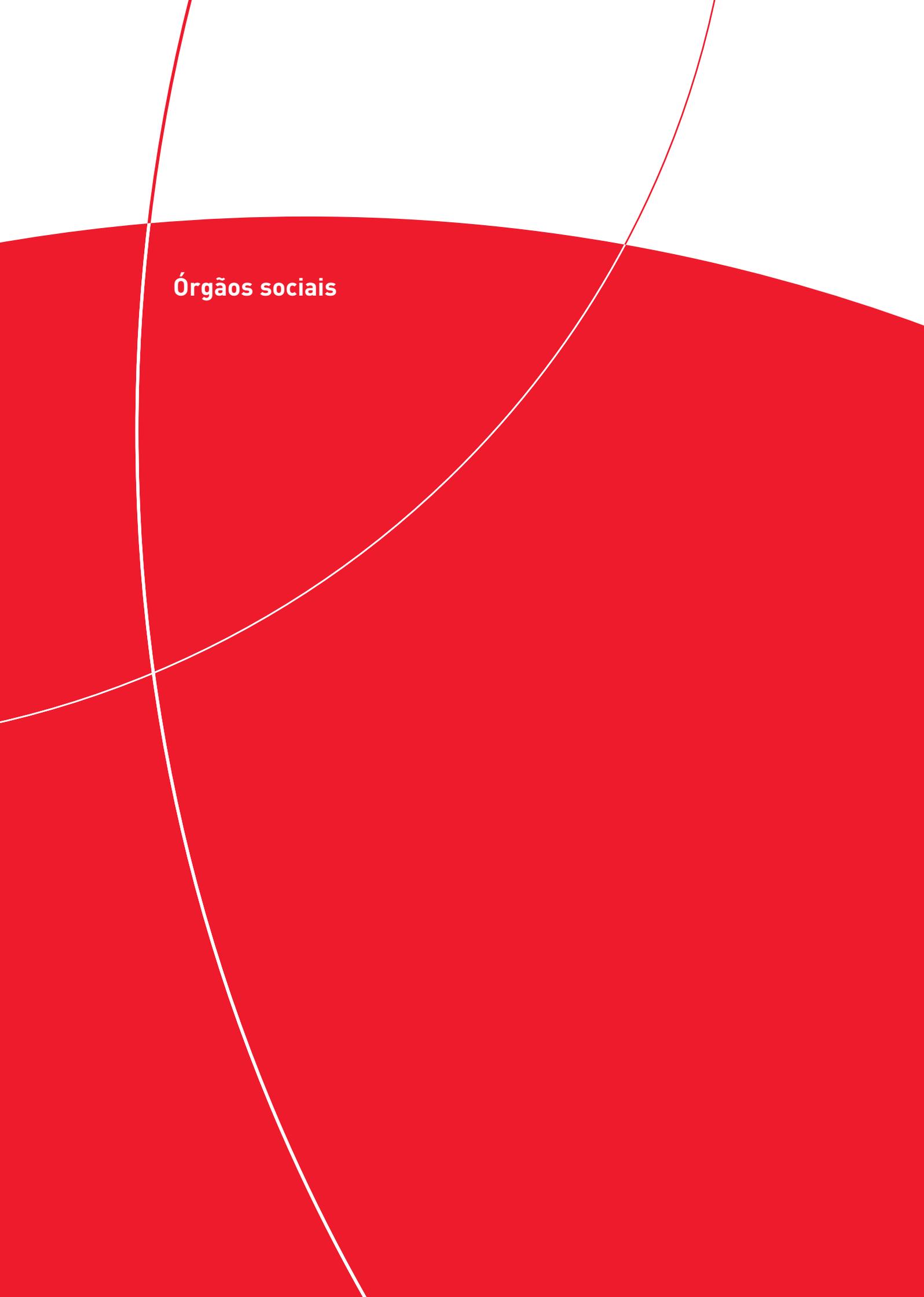


Relatório e contas **2006**

The image features a solid red background. A thin, white, curved line starts from the top left, curves downwards and to the right, and then curves back towards the bottom left. The word "Índice" is written in a white, sans-serif font, positioned in the upper right quadrant of the image, partially overlapping the white curve.

Índice

| | |
|--|-----------|
| Órgãos sociais | 4 |
| Relatório de gestão ano 2006 | 7 |
| I – Conjuntura macroeconomica | 8 |
| II – O sector segurador | 10 |
| III – Actividade da empresa | 16 |
| IV – Objectivos para o futuro | 29 |
| V – Agradecimentos | 31 |
| VI – Aplicação de resultados | 31 |
| Contas anuais 2006 | 33 |
| Balanço | 34 |
| Conta de ganhos e perdas | 36 |
| Anexo | 37 |
| Certificação legal das contas e relatório e parecer do fiscal único | 53 |

The image features a solid red background. Two thin, white, curved lines intersect to form a large, irregular white shape. The text "Órgãos sociais" is positioned within the upper-left portion of this white shape.

Órgãos sociais

Órgãos sociais

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente

Pedro de Macedo Coutinho de Almeida

Vice-presidente

Santiago Gayarre Bermejo

Secretário

Claudio Antonio Ramos Rodriguez

Vogais

Antonio Huertas Mejias

Antonio Eraso Campuzano

António Manuel Cardoso Belo (**Administrador Delegado**)

Bernabé Gordo Pin

Filipe Dumont dos Santos

Jesús Garcia Arranz

José Luis Joló Marin

Rafael Galarraga Solores

COMISSÃO EXECUTIVA

Presidente (interino)

António Manuel Cardoso Belo

Vice-presidente

António Manuel Cardoso Belo

Secretário

Bernabé Gordo Pin

Vogais

Antonio Huerta Mejias

José Luís Joló Marin

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

Presidente

Pedro de Macedo Coutinho de Almeida

Secretário

António Manuel Cardoso Belo

Fiscal Único

Ernst & Young Audit & Associados - SROC, SA





**Relatório de gestão
ano 2006**

Relatório de gestão ano 2006

I – Conjuntura macroeconómica

Tal como é referido no “Boletim Económico de Inverno 2006” do Banco de Portugal, ao longo dos últimos anos, a economia portuguesa tem vindo a ser condicionada tanto por factores externos como por factores internos.

No que respeita a factores externos, destacam-se a subida do preço do petróleo e o crescimento pouco consistente das economias europeias.

Estes factores têm afectado negativamente a economia portuguesa, na medida em que a mesma é bastante dependente do petróleo e concentra as suas exportações nas economias da zona euro, mercado onde, além do mais, tem enfrentando a concorrência crescente de produtos oriundos de mercados emergentes com baixos custos unitários de produção.

Já no que concerne aos factores internos, o deficit das contas públicas tem sido o centro das atenções, contribuindo para o abrandamento do crescimento económico, seja pelas medidas de contracção do investimento público que tiveram que ser tomadas, seja por toda a incerteza provocada pelo clima negativo gerado à sua volta.

Acresce ainda o ajustamento nos níveis de endividamento dos particulares, o qual, após um período de grande expansão, provocou a desaceleração da procura interna, com o consequente efeito negativo no crescimento económico.

No caso concreto do ano 2006, verificou-se uma ligeira recuperação da actividade económica, impulsionada pela evolução muito favorável das exportações, apesar destas se concentrarem em alguns sectores, destacando-se o elevado crescimento nos combustíveis.

O crescimento de 1,4% do produto interno bruto, segundo as últimas previsões do governo, reflecte a insuficiente dinâmica da economia que há alguns anos se ambiciona e que tarda em aparecer.

Por isso, não é uma surpresa que a taxa de desemprego não tenha dado sinais de diminuição, prevendo-se que tenha terminado o ano com uma percentagem muito próxima dos 7,6% do ano anterior, tendo-se mesmo observado, no mês de Dezembro, um aumento dos pedidos de emprego por parte dos desempregados e uma redução das ofertas de emprego.

Ao longo do ano, o Banco Central Europeu ajustou em alta a taxa de juro de referência, facto que contribuiu para limitação das despesas de consumo e não favoreceu a necessária recuperação do investimento.

O deficit das contas públicas diminuiu por influência das medidas restritivas impostas à despesa e, também, pelo boa evolução na cobrança de impostos, para a qual muito contribuiu a crescente eficiência da máquina fiscal que começa a beneficiar dos investimentos que tem vindo a efectuar nos seus programas informáticos.

O quadro seguinte retrata o panorama da conjuntura dos últimos anos, através da apresentação de alguns indicadores económicos.

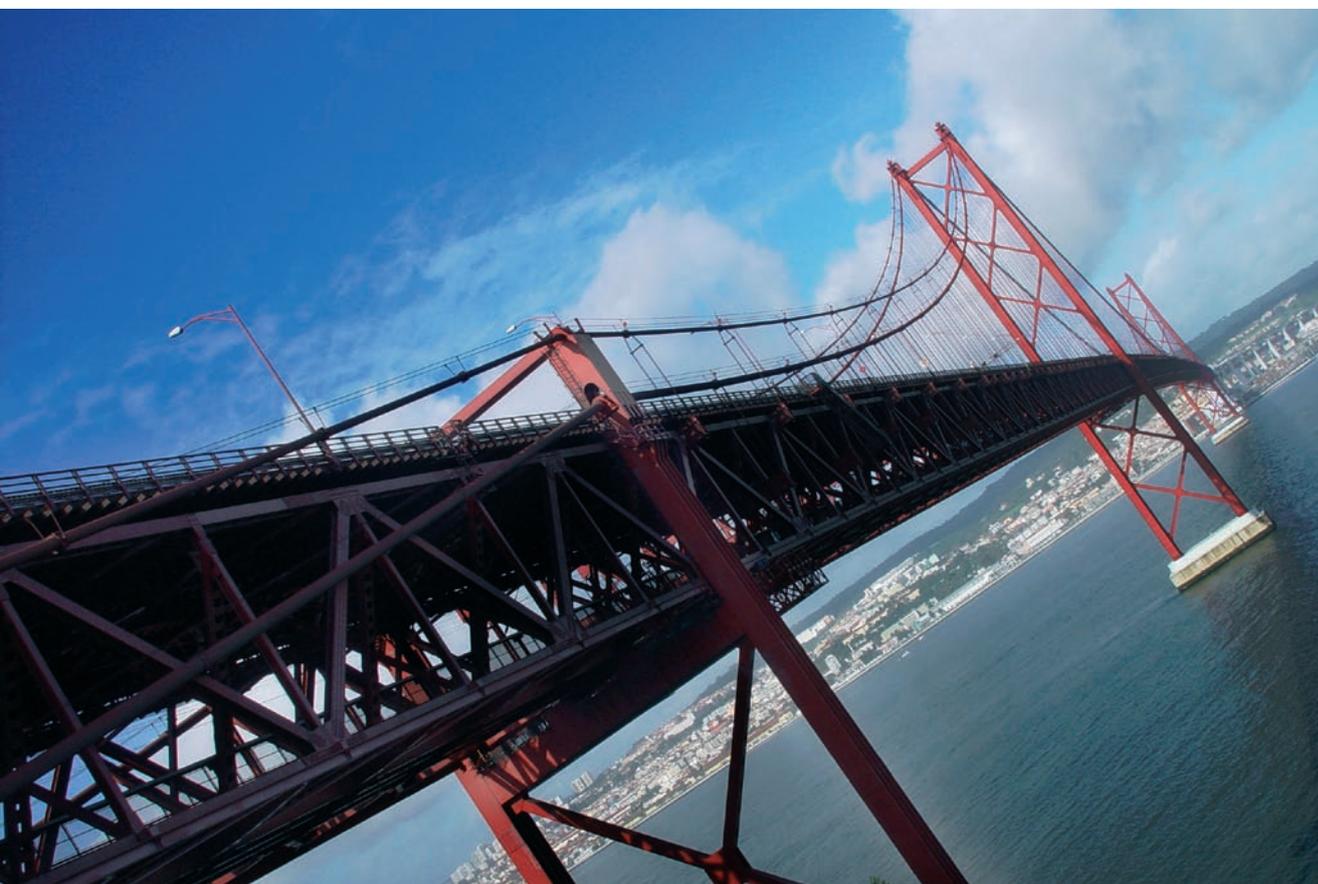
| INDICADORES ECONÓMICOS | | | | | |
|--------------------------------|-------|------|-------|-------|-------|
| Conceito | Anos | | | | |
| | 2003 | 2004 | 2005 | 2006* | 2007* |
| Produto Interno Bruto | (1,1) | 1,2 | 0,4 | 1,4 | 1,8 |
| Consumo privado | (0,1) | 2,4 | 2,0 | 1,0 | 1,3 |
| Consumo público | 0,3 | 2,5 | 1,8 | (0,2) | (1,3) |
| Exportações | 3,7 | 4,5 | 0,9 | 8,6 | 7,2 |
| Investimento | (9,7) | 1,8 | (3,7) | (2,6) | 1,9 |
| Taxa de desemprego | 6,3 | 6,7 | 7,6 | 7,7 | 7,5 |
| Índice de preços no consumidor | 3,3 | 2,4 | 2,3 | 3,1 | 2,3 |
| Deficit das contas públicas | 2,9 | 2,9 | 6,0 | 4,6 | 3,7 |
| Taxa de juro Euribor a 1 mês | 2,1 | 2,1 | 2,4 | 3,6 | - |

Percentagem

Fonte: Ministério das Finanças

Anos 2006 e 2007 – Proposta orçamento de estado para 2007

* Previsões, excepto taxa juro Euribor que se refere a 31 de Dezembro.



PONTE
25 DE ABRIL

Para o ano 2007, como se pode verificar pelos indicadores, projecta-se uma evolução positiva no crescimento do Produto Interno Bruto, novamente suportada pelas exportações, ainda que com alguma desaceleração destas, essencialmente compensada pelo incremento do investimento.

Este cenário não se afigura fácil, tendo em conta que após os últimos ajustamentos efectuados na taxa de juro pelo Banco Central Europeu ficou latente a possibilidade de novos incrementos, ao mesmo tempo que não será de esperar grande recuperação no investimento em habitação face às restrições orçamentais dos particulares decorrentes do elevado nível de endividamento atingido nos últimos anos.

Prevê-se ainda a continuação do esforço de contenção dos gastos públicos que, sendo benéfico a médio prazo, não deixa de ter reflexos negativos no imediato.

Por todas estas razões, o ano 2007 será, quando muito, um ano de transição, não sendo de esperar grandes desempenhos a nível económico.

Para o ano 2007, como se pode verificar pelos indicadores, projecta-se uma evolução positiva no crescimento do Produto Interno Bruto, novamente suportada pelas exportações, ainda que com alguma desaceleração destas, essencialmente compensada pelo incremento do investimento.

II – O sector segurador

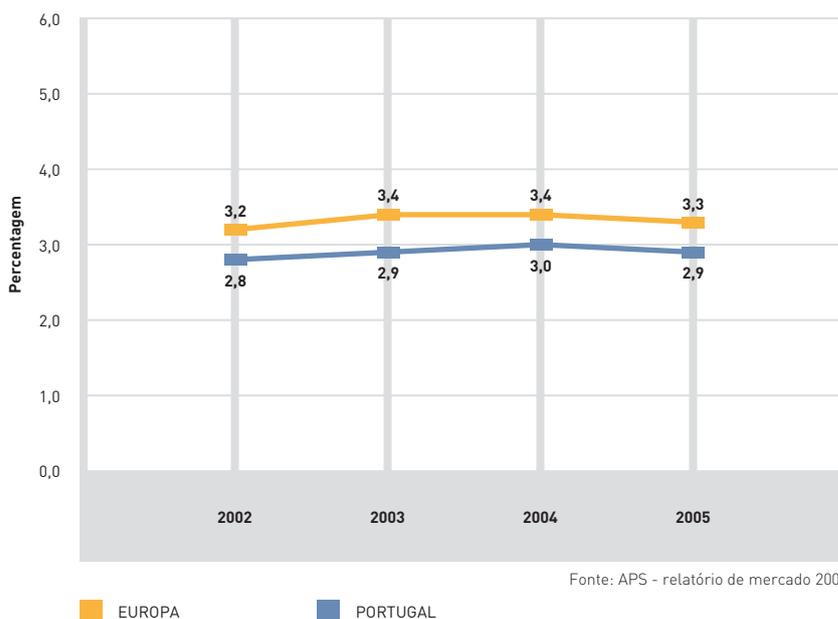
1. EVOLUÇÃO EM PORTUGAL E NA EUROPA

Ao longo dos últimos quatro anos, o peso do sector segurador em Portugal, medido em relação ao Produto Interno Bruto, apresentou um comportamento dispare consoante os ramos.

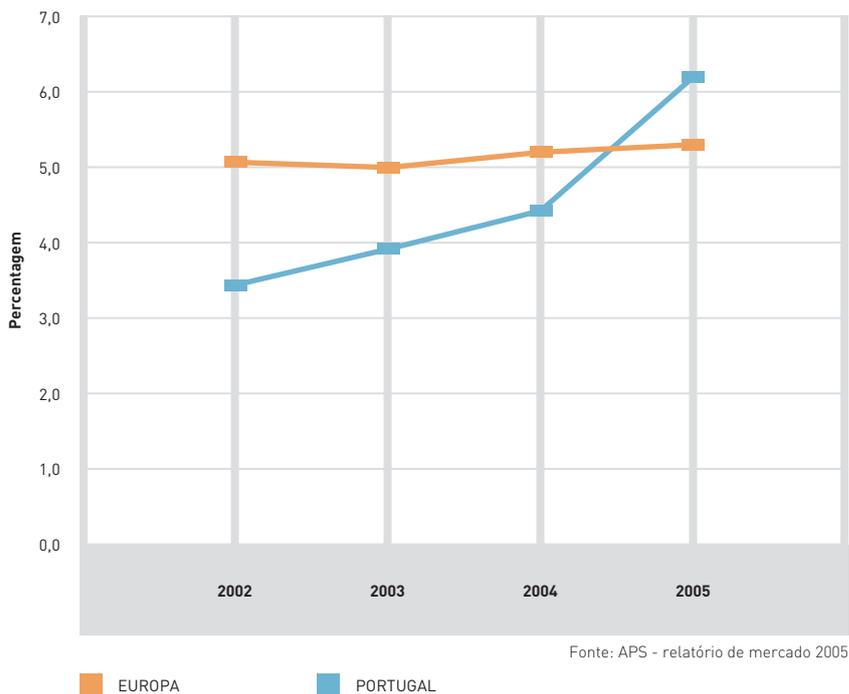
Conforme retratam os gráficos, enquanto nos ramos não vida se verificou uma evolução totalmente similar à média da União Europeia e não se esbateu minimamente o diferencial existente, no ramo vida observou-se uma trajectória ascendente, mais acentuada no último ano, superando mesmo a média Europeia.

Será de admitir que os ramos não vida foram bastante condicionados pela elevada maturidade dos produtos comercializados e pela estagnação económica, enquanto que o ramo vida, não obstante essa estagnação, terá beneficiado da sua evolução para a comercialização de produtos de índole financeira que lhe permitiu captar a deslocação das poupanças, face aos baixos níveis das taxas de juro praticados nos produtos bancários tradicionais, bem como à crescente motivação dos cidadãos para planos de reforma individuais, tendo em conta as dificuldades evidenciadas pelo sistema de segurança social.

PRÉMIOS SEGURO NÃO VIDA



PRÉMIOS SEGURO VIDA / PIB



2. ESTRUTURA DA CARTEIRA

No caso concreto dos ramos não vida, conforme se pode observar no quadro correspondente, a estrutura da carteira revela a preponderância dos ramos automóvel e acidentes de trabalho que, em conjunto, representavam no ano 2005 quase 2/3 do mercado e que são de natureza obrigatória.

Ao longo dos últimos quatro anos, tiveram uma descida que foi compensada pela subida do ramo de doença e, em menor escala, pelo ramo de responsabilidade civil geral.

| ESTRUTURA DA CARTEIRA NÃO VIDA | | | | |
|---------------------------------------|-------------|-------------|-------------|-------------|
| Ramos | 2002 | 2003 | 2004 | 2005 |
| Automóvel | 47,0 | 46,7 | 46,7 | 46,5 |
| Acid. Trabalho | 19,4 | 19,0 | 18,3 | 18,1 |
| Incêndio/Multiriscos | 15,8 | 15,4 | 15,9 | 15,7 |
| Doença | 7,1 | 7,8 | 8,2 | 8,7 |
| Acid. Pessoais | 3,3 | 3,3 | 3,2 | 3,3 |
| Respons. Civil Geral | 1,8 | 2,0 | 2,3 | 2,2 |
| Outros | 5,6 | 5,8 | 5,3 | 5,5 |

Percentagem

Fonte: APS – relatório de mercado 2005.

Em relação ao ramo vida, é evidente o predomínio de produtos financeiros que, inclusivamente, reforçaram o seu peso nos anos de 2004 e 2005.

| ESTRUTURA DA CARTEIRA VIDA | | | | |
|-----------------------------------|-------------|-------------|-------------|-------------|
| Ramos | 2002 | 2003 | 2004 | 2005 |
| Produtos tradicionais | 11,8 | 11,8 | 11,0 | 8,7 |
| Produtos financeiros | 88,2 | 88,2 | 89,0 | 91,3 |

Percentagem

Fonte: APS – relatório de mercado 2005.

3. ESTRUTURA DA DISTRIBUIÇÃO

Conforme tem sido insistentemente referido, a concentração é a característica mais marcante do mercado segurador.

Nos ramos não vida, no ano 2005, após o reforço de concentração ocorrido em 2004, com a aquisição da Império Bonança pelo grupo Caixa Geral de Depósitos, verificou-se uma descida da quota das maiores seguradoras, fruto de perda de carteira a que estiveram sujeitas, ainda que sem alterar significativamente o cenário.

| CONCENTRAÇÃO DO MERCADO NÃO VIDA | | | | |
|---|-------------|-------------|-------------|-------------|
| Seguradoras | 2002 | 2003 | 2004 | 2005 |
| 3 primeiras | 43,4 | 40,5 | 52,4 | 50,7 |
| 5 primeiras | 58,6 | 55,9 | 66,8 | 64,7 |
| 10 primeiras | 78,3 | 75,9 | 82,8 | 81,3 |

Percentagem

Fonte: APS – relatório de mercado 2005.

Já no caso do ramo vida, em 2005, a perda de quota que se vinha a verificar por parte das 3 primeiras seguradoras inverteu-se dando lugar a um reforço com algum significado.

Neste segmento, importa ainda salientar que as cinco primeiras seguradoras se encontram ligadas a grupos bancários, o que está em linha com a estrutura dos canais de distribuição que analisamos mais adiante.

| CONCENTRAÇÃO DO MERCADO VIDA | | | | |
|-------------------------------------|-------------|-------------|-------------|-------------|
| Seguradoras | 2002 | 2003 | 2004 | 2005 |
| 3 primeiras | 57,6 | 54,6 | 51,8 | 59,1 |
| 5 primeiras | 75,9 | 74,7 | 74,2 | 81,4 |
| 10 primeiras | 88,2 | 87,5 | 87,9 | 91,6 |

Percentagem

Fonte: APS – relatório de mercado 2005.

Em relação aos intervenientes na distribuição, tem-se vindo a assistir a uma redução do número de mediadores inscritos, os quais passaram de 40.545 no ano 2001 para 37.505 em 2005. Apesar de significar uma redução aproximada de 7,5% em quatro anos, estamos ainda perante um número substancialmente elevado que urge corrigir.

No que concerne aos canais de distribuição, os quadros seguintes demonstram perfeitamente a forte ligação dos ramos não vida ao canal mediadores, não se verificando praticamente nenhuma alteração ao longo dos anos, enquanto que o ramo vida assenta na distribuição bancária que, inclusivamente, acaba de se reforçar em 2005.

De destacar, ainda, a fraca relevância de novos canais como são os casos do telefone e da Internet.

| CANAIS DE DISTRIBUIÇÃO NÃO VIDA | | | | |
|--|-------------|-------------|-------------|-------------|
| Tipo de canal | 2002 | 2003 | 2004 | 2005 |
| Mediadores | 77,6 | 77,5 | 77,4 | 77,4 |
| Agentes | 54,7 | 57,1 | 58,0 | 58,1 |
| Corretores | 18,9 | 17,0 | 16,6 | 16,7 |
| Angaridores | 4,1 | 3,4 | 2,8 | 2,6 |
| Venda directa | 10,2 | 10,1 | 10,4 | 11,2 |
| Bancos | 10,9 | 11,2 | 11,0 | 10,0 |
| Telefone e Internet | 1,1 | 1,0 | 1,1 | 1,3 |
| Outros | 0,2 | 0,2 | 0,1 | 0,1 |

Percentagem

Fonte: APS – relatório de mercado 2005.

| CANAIS DE DISTRIBUIÇÃO VIDA | | | | |
|------------------------------------|-------------|-------------|-------------|-------------|
| Tipo de canal | 2002 | 2003 | 2004 | 2005 |
| Mediadores | 15,0 | 14,1 | 12,8 | 8,2 |
| Agentes | 12,7 | 11,8 | 10,6 | 6,6 |
| Corretores | 1,5 | 1,4 | 1,4 | 1,3 |
| Angariadores | 0,9 | 0,9 | 0,7 | 0,3 |
| Venda directa | 4,1 | 3,6 | 4,7 | 3,4 |
| Bancos | 78,7 | 80,2 | 80,3 | 86,0 |
| Telefone e Internet | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 |
| Outros | 2,2 | 2,1 | 2,2 | 2,4 |

Percentagem

Fonte: APS – relatório de mercado 2005.

4. RENDIBILIDADE

No segmento de não vida, a taxa de sinistralidade (calculada a prémios adquiridos) tem vindo a sofrer uma redução, passando de 76% em 2002 para 69,6% em 2005.

A este efeito positivo há que acrescentar a melhoria do desempenho dos mercados financeiros, pelo que, a rendibilidade deste segmento tem vindo a aumentar significativamente.

Não obstante, conforme é evidenciado no quadro seguinte, a evolução de 2004 para 2005 já demonstra uma variação muito pequena do rácio combinado que, embora positiva, indicia possíveis ajustamentos tarifários, os quais terão sido já evidentes ao longo do ano 2006, quer pelo fraco crescimento do mercado a que nos referiremos mais adiante, quer pelo sentimento de concorrência agressiva que se terá instalado.

| EVOLUÇÃO DA RENDIBILIDADE NÃO VIDA | | | | |
|--|-------------|-------------|-------------|-------------|
| Conceito * | 2002 | 2003 | 2004 | 2005 |
| Rácio combinado | 104,9 | 101,0 | 97,3 | 97,1 |
| Resultados financeiros / Prémios adquiridos | 2,3 | 7,7 | 6,5 | 7,4 |
| Resultado conta técnica / Prémios adquiridos | (2,6) | 6,7 | 9,2 | 10,3 |

Percentagem

* Líquidos de resseguro.

Fonte: APS – Relatório de mercado 2005

No caso do ramo vida, tem-se observado, também, uma melhoria do rácio combinado que tem favorecido a rendibilidade. Já os rendimentos financeiros, após um período de crescimento, apresentaram uma descida no ano 2005, por via da redução das taxas de juro de longo prazo e pelo saldo menos favorável das mais e menos valias não realizadas.

| EVOLUÇÃO DA RENDIBILIDADE VIDA | | | | |
|--|-------------|-------------|-------------|-------------|
| Conceito * | 2002 | 2003 | 2004 | 2005 |
| Rácio combinado | 119,5 | 117,0 | 117,2 | 111,5 |
| Resultados financeiros / Prémios adquiridos | 17,5 | 20,5 | 21,9 | 14,6 |
| Resultado conta técnica / Prémios adquiridos | (2,0) | 3,5 | 4,7 | 3,1 |

Percentagem

* Líquidos de resseguro.

Fonte: APS – Relatório de mercado 2005



PONTE D. LUIS.

5. ASPECTOS JURÍDICO-LEGAIS

5.1. Solvência II

Encontra-se em curso todo o processo tendente à implementação das novas regras de solvência, conhecidas como “Solvência II”, que deverão ser objecto de legislação pelas instâncias da Comunidade Europeia ao longo do ano 2007.

Durante o ano 2006 foi levado a cabo um estudo quantitativo de impacto – o QIS 2 – estando prevista a realização de um último estudo durante o primeiro semestre do ano 2007.

Estamos perante uma alteração substancial dos requisitos de capital, para os quais passarão a ser relevantes e quantificáveis conceitos como “risco de subscrição”, “risco de crédito”, “risco de mercado” e “risco operacional”.

Segundo os estudos de impacto já realizados, aumentarão os requisitos de capital, bem como a necessidade de desenvolvimento de sistemas de informação capazes de dar a resposta adequada.

Bastante relacionado com o projecto “Solvência II”, aparecem as normas de gestão de riscos e controlo interno, prevendo-se, inclusive, que dele façam parte no denominado “Pilar II”.

Sobre isto, ainda em 2005 o Instituto de Seguros de Portugal emitiu uma norma regulamentar que exigiu a apresentação de um calendário de implementação sendo de esperar que esta temática venha a adquirir cada vez maior importância.

Exigirá alterações consideráveis na organização das empresas, ao nível das responsabilidades e competências, especialmente das estruturas de topo.

5.2. Quinta directiva automóvel

Aguarda-se a implementação desta regulamentação que elevará o nível de responsabilidade das seguradoras.

Com efeito, o previsto aumento no valor do capital mínimo por vítima poderá levar a incrementos nas indemnizações, com todas as consequências daí decorrentes.

Será, pois, mais uma exigência de capital com que se defrontarão as seguradoras, que aliada ao "Solvência II" terá, com toda a certeza, um impacto significativo e que, por isso, deverá ser convenientemente abordado.

5.3. Normas Internacionais de Contabilidade

Encontra-se actualmente em preparação o novo normativo de requisitos de divulgação da informação que deve acompanhar as demonstrações financeiras.

Como é de esperar, este normativo irá elevar a exigência no que respeita às divulgações, aumentando o seu âmbito, bem como o grau de pormenor, pelo que deverão ser necessários investimentos de adaptação dos sistemas de informação.

Também se esperam desenvolvimentos no que diz respeito à adaptação fiscal dos critérios decorrentes destas novas normas, aspecto por todos reconhecido como fundamental, no sentido de agilizar e, de certa forma, aliviar a carga burocrática das empresas que, assim, deixariam de ser obrigadas a possuir uma contabilidade especificamente fiscal.

5.4. Regime Jurídico da Mediação de Seguros

No final do ano 2006 foi publicado o regulamento do novo regime jurídico da mediação de seguros.

Este regime prevê maior mobilidade dos medidores que passam a ter a possibilidade de exercer actividade em qualquer país da União Europeia mas também acarreta maiores exigências, nomeadamente ao nível da formação dos mediadores e da informação a prestar aos clientes.

5.5. Novo regime jurídico de pagamento dos prémios de seguros

Ainda no ano 2005 entrou em vigor o novo regime jurídico de pagamento dos prémios de seguro, na parte que diz respeito aos seguros novos.

No que diz respeito aos prémios de carteira, a sua aplicação verificou-se apenas a partir de Março do ano 2006.

Recentemente, o Instituto de Seguros de Portugal emitiu uma norma regulamentar sobre o cálculo da provisão para recibos pendentes de cobrança, que implica alterações substanciais à operativa de cálculo que carecem de maior aprofundamento.

III – Actividade da empresa

1. ASPECTOS RELEVANTES

Ao longo do ano 2006 foi dado cumprimento ao plano estratégico traçado, o qual, de uma forma sumária, continha acções dirigidas ao crescimento, à contenção de gastos, à rentabilidade e à continuidade do negócio.

Em articulação com a MAPFRE Empresas, apostou-se na consolidação de uma estrutura técnico-comercial, especialmente dirigida aos grandes negócios, a qual se revelou extremamente profícua, acabando por ser, em grande parte, responsável pelo crescimento obtido, permitindo atenuar as dificuldades sentidas pela organização territorial, em função das condicionantes económicas.

Ao nível dos produtos, foi efectuada uma reformulação do produto automóvel, no sentido de o tornar mais competitivo e consentâneo com a realidade do mercado. Nesta reformulação incluiu-se a cobertura de protecção jurídica que, assim, começou a ser comercializada.

Em conjunto com o lançamento do novo produto automóvel, foi disponibilizado o pagamento fraccionado mensal para adequar às necessidades e interesses dos clientes.

Face à alteração do regime jurídico do pagamento dos prémios de seguro, o *call center* reforçou a sua componente de tratamento das cobranças, incrementando os contactos com resultados positivos.

Em ligação com o tratamento das cobranças, começou a efectuar-se o tratamento mais criterioso da carteira, com o objectivo de estudar e apresentar aos clientes soluções pró activas capazes de aumentar a sua ligação à companhia e evitar que os contactos se produzam apenas para tentar recuperar as cobranças.

Também na área do *call center* se procedeu ao *up grade* de algum equipamento que veio permitir uma melhor distribuição de tarefas e, assim, um melhor aproveitamento dos recursos humanos disponíveis.

Levou-se a cabo a substituição de algum equipamento informático, nomeadamente os servidores centrais, que resultou na melhoria das condições de trabalho disponibilizadas com a vantagem de ter sido conseguido um menor custo.



PONTE DE ALCÁCER DO SAL.

Em relação à melhoria da eficiência, cabe aqui fazer uma referência ao projecto de migração da contabilidade para o programa SAP, que decorreu ao longo do ano e terminará a sua implementação em Janeiro de 2007, imediatamente após o encerramento do exercício de 2006.

Em matéria de gestão de risco, procedeu-se à análise dos processos operativos com o objectivo de elaborar o mapa de riscos, utilizando a ferramenta *riskmap*, estando prevista a apresentação das conclusões no decurso do primeiro trimestre de 2007.

Além da importância intrínseca de realizar a avaliação dos riscos operativos, para ser possível preparar medidas de minimização, a realização deste trabalho veio permitir dar cumprimento parcial às exigências da norma nº. 14/2005 da entidade reguladora – o ISP – sobre a gestão de riscos.

Cobrando outra vertente das exigências dessa norma, foi levado a cabo, ao longo do ano, o projecto de continuidade de negócio, composto por quatro planos essenciais de resposta em caso de desastre:

- Contingência, que fornece a resposta imediata;
- Gestão de crise, que estabelece a estrutura organizacional de resposta em caso de desastre;
- Recuperação de desastre, que garante a existência e o funcionamento dos meios operativos;
- Manutenção e testes, que garante a continua actualização dos planos.

Espera-se que, de acordo com o previsto, este plano esteja integralmente terminado durante o mês de Fevereiro de 2007 mas desde o início de Dezembro do ano findo que uma das vertentes essenciais – o funcionamento do sistema informático de negócio, em caso de desastre – já se encontra assegurada.

Um outro facto marcante do ano, neste caso no âmbito da área de sinistros, foi a adesão ao protocolo IDS, com o objectivo de prestar um melhor serviço aos clientes.

A fim de melhorar o parque imobiliário procedeu-se, ao longo do ano, a obras de manutenção de alguns pisos do edifício da rua Castilho.

Como tem vindo a ser habitual ao longo dos últimos anos, em 2006, foi dada continuidade à participação em projectos de responsabilidade social, mediante a colaboração com Instituições de Solidariedade Social.

2. INDICADORES DE GESTÃO

2.1. Prémios emitidos

Após uma série de anos de fortes crescimentos, no ano 2006 assistiu-se a um abrandamento, tendo-se atingido os 97,8 milhões de euros de prémios emitidos, o que equivale a um crescimento de 3,4% em relação a 2005.

EVOLUÇÃO DOS PRÉMIOS EMITIDOS

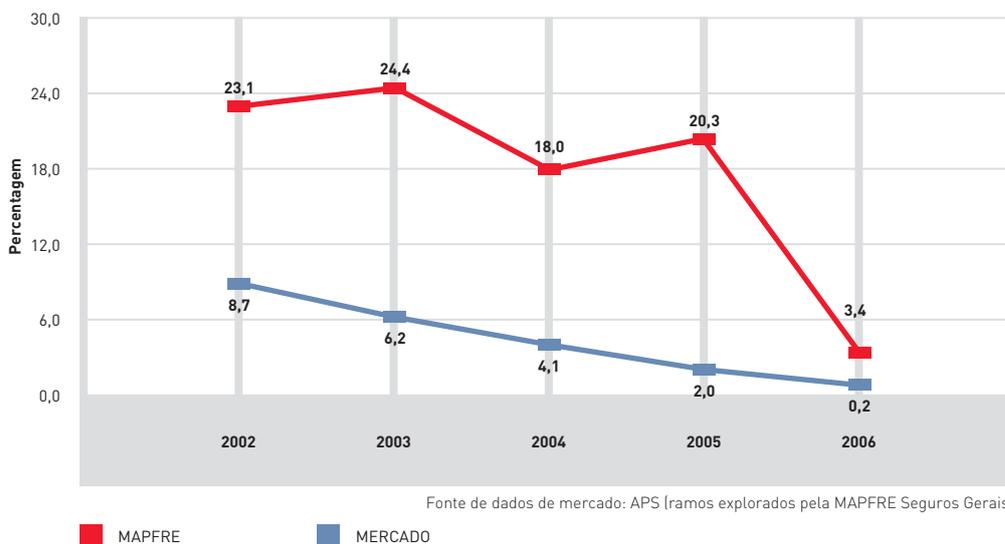
| Conceito | Ano 2002 | Ano 2003 | Ano 2004 | Ano 2005 | Ano 2006 |
|------------------------------|----------|----------|----------|----------|----------|
| Prémios emitidos | 53,54 | 66,61 | 78,61 | 94,59 | 97,80 |
| Crescimento prémios emitidos | 10,03 | 13,07 | 12,00 | 15,98 | 3,21 |
| Crescimento em % | 23,1 | 24,4 | 18,0 | 20,3 | 3,4 |

Prémios em milhões de euros.

Sabendo-se que a evolução dos prémios de seguro apresenta alguma elasticidade à evolução do Produto Interno Bruto, isto é, perante variações deste, os prémios variam mais do que proporcionalmente, o abrandamento ocorrido aparece como uma consequência de anos continuados de fraco crescimento económico, conforme se detalhou no primeiro capítulo.

Perante uma inflação próxima dos 2,3%, a MAPFRE Seguros Gerais apresenta um crescimento real positivo, facto que não se verifica no mercado, uma vez que o crescimento nominal deste deverá situar-se em 0,2%, segundo os dados disponíveis à data de elaboração deste relatório.

TAXA DE CRESCIMENTO DOS PRÉMIOS (EM RELAÇÃO AO ANO ANTERIOR)



De acordo com o gráfico anterior, o mercado apresenta uma tendência de crescimento descendente há 4 anos consecutivos e um crescimento real negativo há dois.

Estes factos, aliados aos movimentos de concentração, também verificados nos últimos anos, têm levado uma concorrência cada vez mais agressiva entre as seguradoras.

Apesar de tudo, a MAPFRE Seguros Gerais, crescendo mais do que o esperado para a média de mercado, incrementou, ainda que ligeiramente, a quota de mercado, a qual se situa nos 2,6%.

| QUOTA DE MERCADO | | | | | |
|-------------------------|-----------------|-----------------|-----------------|-----------------|-----------------|
| Conceito | Ano 2002 | Ano 2003 | Ano 2004 | Ano 2005 | Ano 2006 |
| Prémios MAPFRE | 53,54 | 66,61 | 78,61 | 94,59 | 97,80 |
| Prémios mercado | 3.301,87 | 3.507,98 | 3.652,29 | 3.725,89 | 3.774,62 |
| Quota de mercado em % | 1,6 | 1,9 | 2,2 | 2,5 | 2,6 |

Prémios em milhões de euros.

Fonte dos dados de mercado: APS

Ramos explorados pela MAPFRE Seguros Gerais

Efectuando uma análise por ramos, destaca-se o crescimento dos ramos Diversos, como consequência da aposta nesta área, que foi iniciada no final do ano 2005 e consolidada ao longo de 2006.

| DISTRIBUIÇÃO DA CARTEIRA POR RAMOS | | | | | | |
|---|-----------------|------------|-----------------|------------|-----------------|------------|
| Ramo | Ano 2004 | | Ano 2005 | | Ano 2006 | |
| | Prémios | % | Prémios | % | Prémios | % |
| Automóvel | 52,64 | 67 | 61,42 | 65 | 61,58 | 63 |
| Diversos | 11,87 | 15 | 13,66 | 14 | 16,61 | 17 |
| Acid. Trabalho | 14,10 | 18 | 19,51 | 21 | 19,61 | 20 |
| Total | 78,61 | 100 | 94,59 | 100 | 97,80 | 100 |

Prémios em milhões de euros.



PONTE INTERNACIONAL
DO GUADIANA.

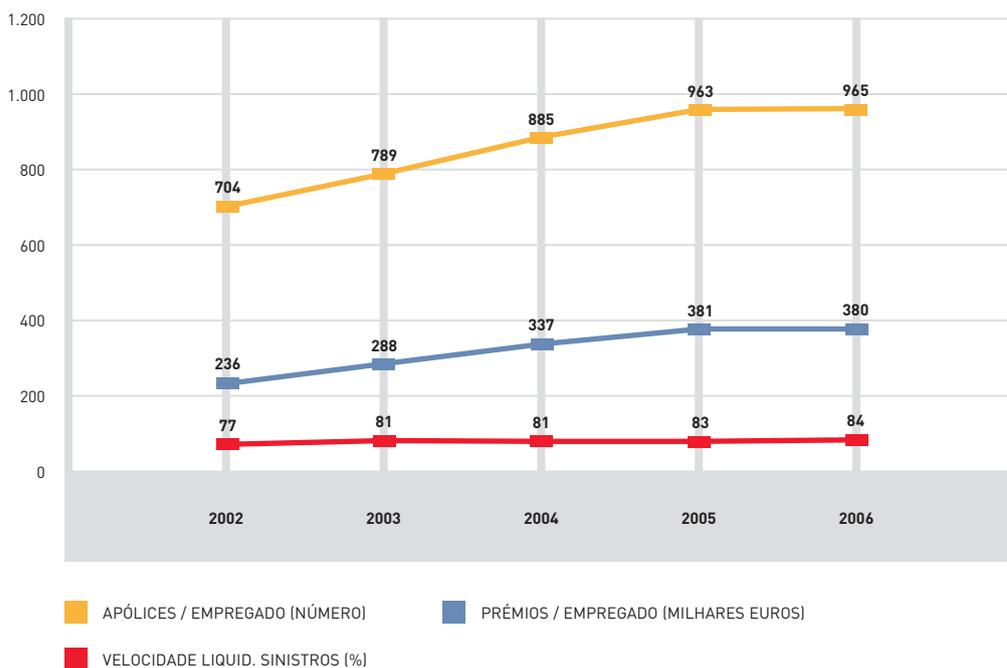
2.2. Eficiência

Os rácios de eficiência mantiveram-se praticamente ao mesmo nível do ano anterior.

Destaca-se a velocidade de liquidação de sinistros que voltou a aumentar, situando-se em 84%, o que representa uma melhoria de 7 pontos percentuais nos últimos cinco anos.

Verificou-se uma estagnação no crescimento dos indicadores de produtividade de prémios e apólices por empregado, face ao abrandamento no crescimento dos prémios, condicionado pelo contexto de mercado.

INDICADORES DE EFICIÊNCIA



2.3. Custos por natureza

A contenção de custos é um objectivo estratégico permanente, ao qual se têm dedicado esforços com resultados visíveis ao longo dos anos.

Em 2006, voltou a observar-se uma diminuição do peso dos custos por natureza em relação aos prémios emitidos, terminando em 18,2% face aos 19,3% do ano anterior.

Creemos importante destacar que a redução conseguida neste rácio, nos últimos quatro anos, foi de, praticamente, 8 pontos percentuais, contribuindo para agilidade da empresa.

DISTRIBUIÇÃO DOS CUSTOS POR NATUREZA A IMPUTAR

| Conceito | Ano 2002 | Ano 2003 | Ano 2004 | Ano 2005 | Ano 2006 |
|-------------------------------|----------|----------|----------|----------|----------|
| Custos com pessoal | 6,87 | 7,34 | 7,96 | 8,53 | 8,29 |
| % sobre prémios | 12,8 | 11,0 | 10,1 | 9,0 | 8,5 |
| Fornecim. Serv. Externos | 5,04 | 5,3 | 6,44 | 6,61 | 6,31 |
| % sobre prémios | 9,4 | 8,0 | 8,2 | 7,0 | 6,5 |
| Impostos e taxas | 1,10 | 1,36 | 1,55 | 1,83 | 1,85 |
| % sobre prémios | 2,1 | 2,0 | 2,0 | 1,9 | 1,9 |
| Amortizações (a) | 0,84 | 0,81 | 0,83 | 0,93 | 0,98 |
| % sobre prémios | 1,6 | 1,2 | 1,1 | 1,0 | 1,0 |
| Outros custos | 0,1 | 0,14 | 0,04 | 0,37 | 0,34 |
| % sobre prémios | 0,2 | 0,2 | 0,1 | 0,4 | 0,3 |
| Total dos custos por natureza | 13,95 | 14,95 | 16,82 | 18,27 | 17,77 |
| % sobre prémios | 26,1 | 22,4 | 21,4 | 19,3 | 18,2 |

Milhões de euros.

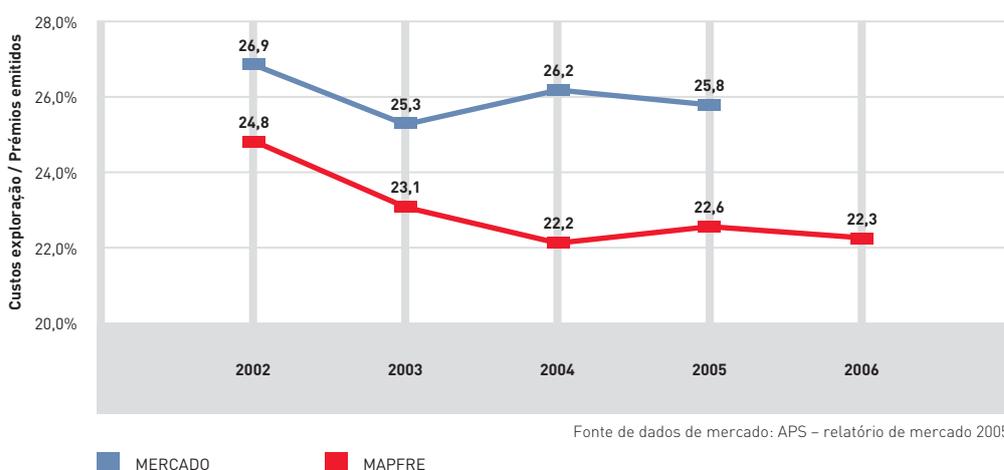
(a) Sem amortização por compra da carteira da Aegon

2.4. Custos de exploração

Os custos de exploração, constituídos pelos custos de aquisição e pelos custos administrativos, após a subida experimentada no ano 2005, fruto do reforço da vertente comercial que implicou uma maior imputação dos custos gerais à função aquisição, viram o seu peso nos prémios emitidos voltar ao curso descendente dos anos anteriores, situando-se em 22,3%.

Uma vez que, em 2006, o crescimento dos prémios foi mais moderado, a descida foi de pequena magnitude mas, mesmo assim, suficiente para anular a aludida subida do ano anterior e, relativamente ao mercado, a MAPFRE Seguros Gerais continua a apresentar um rácio substancialmente mais baixo, facto que é de todo saudável e nos apraz registar.

EVOLUÇÃO DOS CUSTOS DE EXPLORAÇÃO



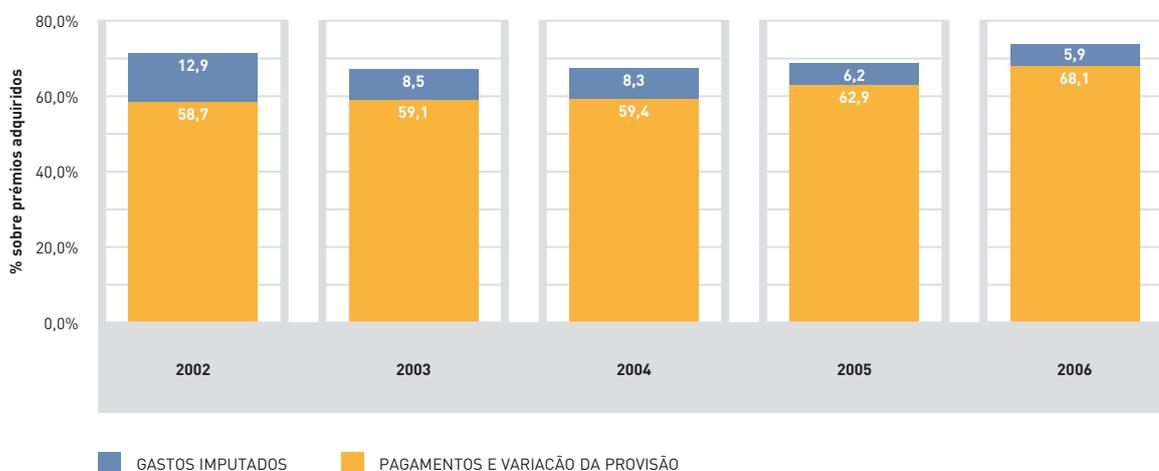
2.5. Custos com sinistros

A frequência de sinistralidade baixou, situando-se em 8,1% contra os 8,26% do ano anterior. Por sua vez, o custo médio apresentou uma subida de 5,5%, fixando-se em 1.799 euros contra os 1.687 euros do ano anterior.

Os custos directos com sinistros representam 68,1% dos prémios adquiridos e os custos imputados baixaram um pouco, para 5,9%, como resultado da contenção de gastos gerais já aludida.

Assim, o rácio de custos totais com sinistros sobre prémios adquiridos terminou em 74%, sofrendo um agravamento em relação aos anos anteriores, que não pode ser dissociado do abrandamento no crescimento dos prémios emitidos.

EVOLUÇÃO DOS CUSTOS COM SINISTROS



2.6. Resseguro

O resultado do resseguro teve um agravamento em relação ao ano anterior, passando de -3,8% para -4,6% dos prémios adquiridos.

Contudo, há que considerar que se verificou uma alteração no critério de cálculo dos custos de aquisição diferidos, cujo impacto foi de, aproximadamente, 400 mil euros, sem o que a percentagem teria sido -4,2%.

| RESULTADO RESSEGURO / PRÉMIOS ADQUIRIDOS | | | | | |
|--|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|
| Ramo | Ano 2002 | Ano 2003 | Ano 2004 | Ano 2005 | Ano 2006 |
| Automóvel | +1,2 | +2,1 | -1,6 | -1,0 | -0,4 |
| Diversos | -16,0 | -23,5 | -22,9 | -17,5 | -21,5 |
| Acidentes Trabalho | -4,2 | -1,0 | -2,1 | -3,3 | -4,5 |
| Total | -2,4 | -3,3 | -4,9 | -3,8 | -4,6 |

Percentagem

2.7. Rendimentos dos investimentos

Tal como era esperado, ao longo do ano 2006, o Banco Central Europeu procedeu a alguns aumentos da taxa directora e as aplicações de curto prazo, como é habitual, acompanharam essa tendência. Assim, a taxa Euribor a 3 meses evoluiu de 2,547% em Janeiro para 3,725% em Dezembro.

Por sua vez, as taxas de juro de longo prazo não tiveram uma evolução tão agressiva, com as taxas de juro das Obrigações do Tesouro a 10 anos, a passarem de um valor médio de 3,45% em Janeiro para 3,96% em Dezembro.

Por isso, a carteira de investimentos manteve um valor significativo em depósitos de curto prazo, bem como em depósitos à ordem remunerados.

Não obstante, por razões de equilíbrio da carteira e para garantia adequada das provisões técnicas, efectuou-se um reforço dos investimentos em títulos de rendimento fixo.

Aproveitando o momento favorável dos mercados bolsistas realizaram-se, também, alguns investimentos em títulos de rendimento variável, contudo sempre em estrita observância das mais elementares regras de prudência.

| DISTRIBUIÇÃO DOS INVESTIMENTOS | | | | |
|--------------------------------|---------------|--------------|---------------|--------------|
| Conceito | Ano 2005 | | Ano 2006 | |
| | Valor | % | Valor | % |
| Títulos de rendimento fixo | 52,26 | 38,1 | 74,00 | 48,5 |
| Títulos de rendimento variável | 15,52 | 11,3 | 18,95 | 12,4 |
| Imóveis | 21,80 | 15,9 | 22,07 | 14,5 |
| Empréstimos | 0,72 | 0,5 | 0,84 | 0,5 |
| Depósitos a prazo | 25,15 | 18,4 | 23,10 | 15,1 |
| Depósitos à ordem remunerados | 21,74 | 15,8 | 13,74 | 9,0 |
| Total | 137,18 | 100,0 | 152,70 | 100,0 |

Valor em milhões de euros.

Aproveitando a excelente valorização da carteira de títulos de rendimento variável, procedeu-se à venda de alguns deles, o que implicou a realização de uma mais valia aproximada de 3,1 milhões de euros.

Esta operação e a subida das taxas de juro antes aludida foram responsáveis pelo aumento da taxa de rendibilidade que se verificou em relação aos anos anteriores.

De notar ainda que os activos em carteira apresentam um bom potencial de valorização, conforme demonstra a taxa de rendibilidade com mais/menos valias incluídas.



PONTE RIO LIMA.

| TAXA DE RENDIBILIDADE DOS INVESTIMENTOS | | | | | |
|---|----------|----------|----------|----------|----------|
| Conceito | Ano 2002 | Ano 2003 | Ano 2004 | Ano 2005 | Ano 2006 |
| Investimento médio (milhões euros) | 88,88 | 97,99 | 109,70 | 127,01 | 144,94 |
| Taxa rendibilidade sem mais/menos valias não realizadas | 4,8% | 4,7% | 3,7% | 3,5% | 5,7% |
| Taxa de rendibilidade total | 6,0% | 5,5% | 4,7% | 5,4% | 7,0% |

2.8. Resultados

O resultado líquido do exercício subiu cerca de 21% em relação ao ano anterior, atingindo 5,23 milhões de euros.

Como consequência, a rendibilidade dos fundos próprios, vendas e activo líquido experimentaram um aumento, continuando a sua tendência crescente.

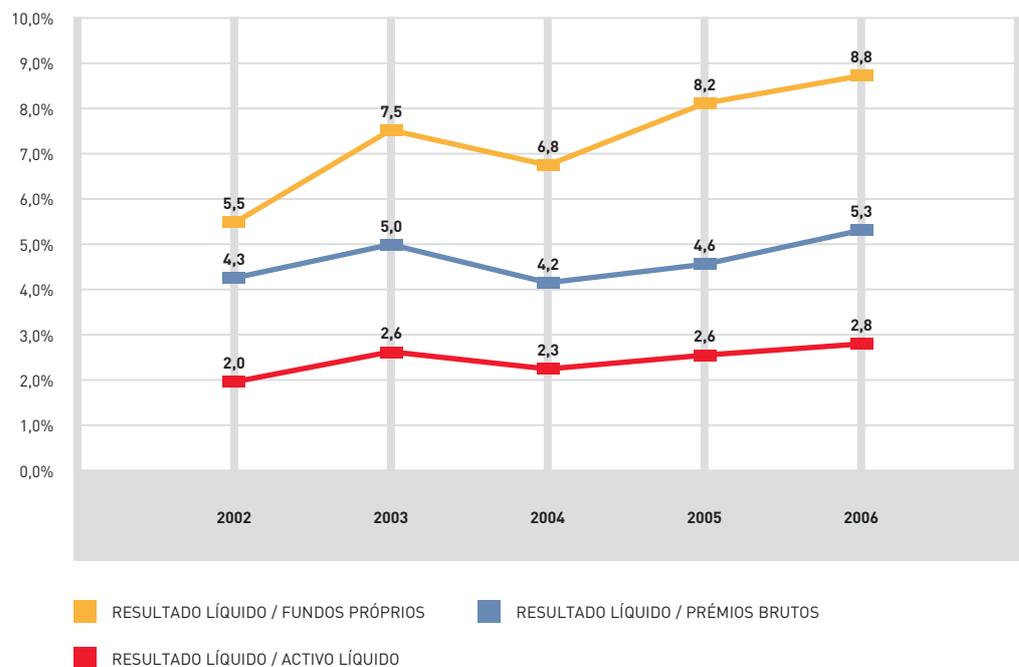
O resultado da conta técnica foi de 6,27 milhões de euros, o que representa uma descida em relação ao ano anterior.

Porém, deve-se ter em conta que, conforme foi aludido no ponto anterior, realizaram-se aproximadamente 3,1 milhões de euros de mais valias decorrentes da venda de títulos de rendimentos variável, dos quais 2,4 milhões somente afectam o resultado líquido, por força das regras de contabilização em vigor, dado dizerem respeito a valorizações obtidas em anos anteriores e, nessa altura, terem sido contabilizados na conta técnica.

| VOLUME DE RESULTADOS | | | | | |
|----------------------------|----------|----------|----------|----------|----------|
| Conceito | Ano 2002 | Ano 2003 | Ano 2004 | Ano 2005 | Ano 2006 |
| Resultado líquido | 2,28 | 3,33 | 3,28 | 4,32 | 5,23 |
| Resultado da conta técnica | 6,86 | 7,91 | 6,22 | 9,75 | 6,27 |

Milhões de euros

EVOLUÇÃO DA RENDIBILIDADE



2.9. Solvência

Conforme demonstra o quadro seguinte, a MAPFRE Seguros Gerais reforçou a sua solvência, facto que permite encarar com confiança os previsíveis incrementos de necessidade de capital associados ao projecto "Solvência II".

| EVOLUÇÃO DOS RÁCIOS DE SOLVÊNCIA | | | | | |
|----------------------------------|----------|----------|----------|----------|----------|
| Conceito | Ano 2002 | Ano 2003 | Ano 2004 | Ano 2005 | Ano 2006 |
| Margem de solvência | 549% | 493% | 447% | 404% | 427% |
| Suficiência de capitalização* | 191% | 169% | 163% | 156% | 171% |

* Fundos próprios mais provisões técnicas sobre prémios emitidos.

Por sua vez, a margem de cobertura das provisões técnicas também se incrementou, demonstrando, também por si, a solidez financeira da companhia.

EVOLUÇÃO DA COBERTURA DAS PROVISÕES TÉCNICAS

| Conceito | Ano 2002 | Ano 2003 | Ano 2004 | Ano 2005 | Ano 2006 |
|----------------------------------|----------|----------|----------|----------|----------|
| Cobertura das provisões técnicas | 145,6% | 147,1% | 154,2% | 152,1% | 155,8% |

2.10. Cobranças

O comportamento das cobranças em 2006 foi positivo na medida em que apresenta uma taxa de crescimento de 4,7%, portanto superior à dos prémios emitidos.

Para este facto contribuíram o esforço de toda a organização bem como a implementação, em Março, da segunda fase da lei de cobranças (aplicação aos prémios da carteira), na sequência da primeira implementação de aplicação aos prémios de nova produção, ocorrida ainda no final de 2005, através da qual os prémios de uma boa parte dos ramos comercializados passaram a ser exigíveis na data de efeito do recibo.

EVOLUÇÃO DO VOLUME DE COBRANÇAS

| Ramos | Ano 2004 | | Ano 2005 | | Ano 2006 | |
|--------------------|--------------|-------------|---------------|-------------|---------------|------------|
| | Valor | % inc. | Valor | % inc. | Valor | % inc. |
| Automóvel | 57,70 | 22,7 | 67,47 | 16,9 | 68,31 | 1,3 |
| Diversos | 13,30 | 7,7 | 15,01 | 12,8 | 18,16 | 21,0 |
| Acidentes Trabalho | 23,11 | 17,8 | 23,11 | 46,0 | 24,07 | 4,2 |
| TOTAL | 86,80 | 19,2 | 105,59 | 21,6 | 110,54 | 4,7 |

Valor em milhões de euros

Assim, conforme se detalha no quadro da evolução dos indicadores de cobranças, a percentagem de recibos pendentes por cobrar voltou a descer, pelo quinto ano consecutivo, situando-se agora nos 8,8%, assim como o prazo médio de cobrança que é de 32 dias.

Por sectores, as percentagens de pendentes são as seguintes:

- Automóvel 7%, contra os 8% do ano anterior;
- Diversos 15%, percentagem igual à do ano anterior;
- Acidentes de Trabalho 8%, face aos 10% do ano anterior;

A provisão para recibos por cobrar em relação aos prémios na mesma situação, baixou para o nível em que se encontrava no ano 2004 por ter sido conseguido um razoável desempenho na resolução de pendentes mais antigos, especialmente nos sectores de Acidentes de Trabalho e de Diversos, neste último caso, onde se faz sentir o efeito negativo da inexistência de uma plataforma mais ágil para tramitação do co-seguro entre as companhias.

EVOLUÇÃO DE ALGUNS INDICADORES DE COBRANÇAS

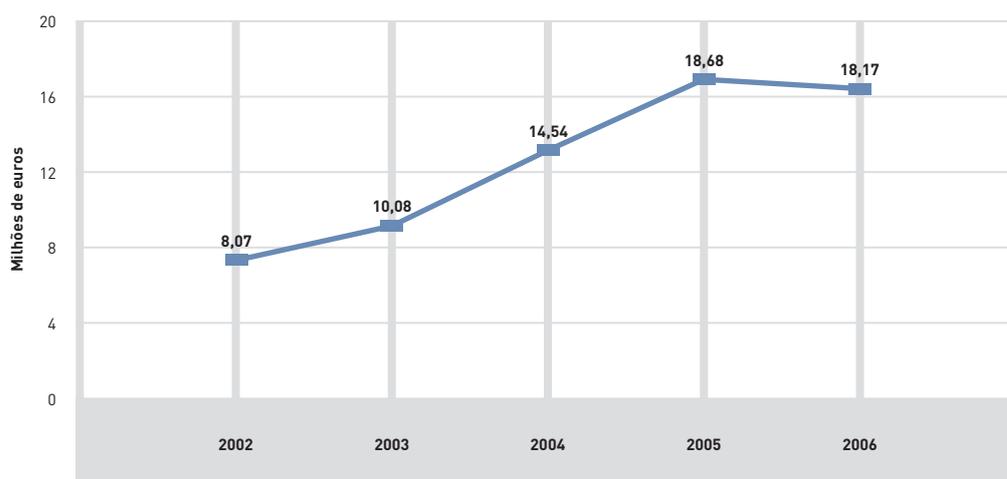
| Conceito | Ano 2002 | Ano 2003 | Ano 2004 | Ano 2005 | Ano 2006 |
|--|----------|----------|----------|----------|----------|
| Prémios por cobrar / Prémios brutos emitidos | 12,2% | 11,6% | 10,7% | 9,7% | 8,8% |
| Provisão recibos por cobrar / Prémios por cobrar | 22,2% | 25,4% | 28,0% | 31,3% | 28,1% |
| Prazo médio de cobrança (dias) | 45 | 42 | 39 | 35 | 32 |

2.11. Fluxo de caixa

O fluxo de caixa operacional atingiu os 18,17 milhões de euros, montante da mesma ordem de grandeza do ano anterior.

Naturalmente, o crescimento de volume de negócios mais moderado em 2006, não favoreceu que o fluxo de caixa continuasse a sua trajectória ascendente. Não obstante, ao manter-se estável em relação ao montante do ano anterior, revela a boa capacidade de geração de fundos derivada da exploração do negócio.

EVOLUÇÃO DO FLUXO DE CAIXA



2.12. Recursos Humanos

O número de efectivos no final do ano 2006 era de 275, menos dois que em 2005.

À semelhança do ano anterior, parte desses efectivos foi cedida à MAPFRE Vida para comercialização dos seus produtos.

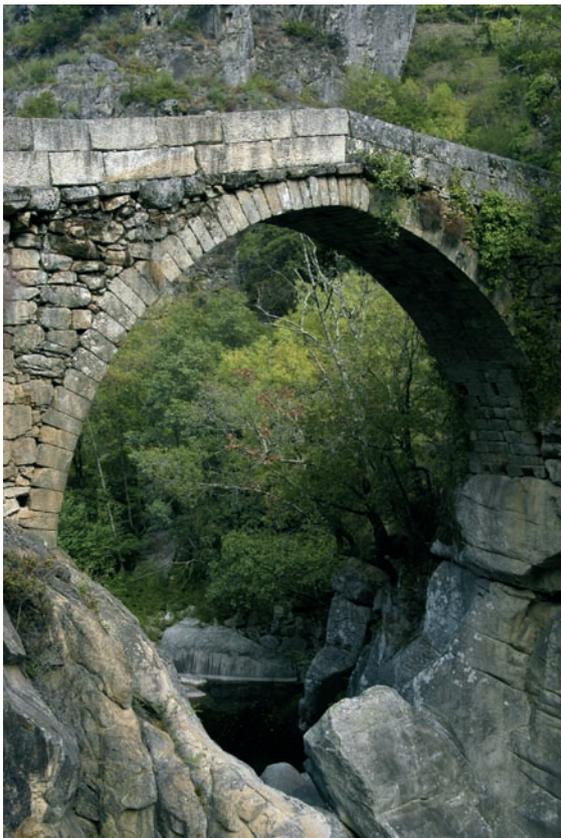
Não se verificaram alterações assinaláveis na distribuição funcional dos colaboradores pelo que se mantiveram as percentagens do ano anterior com 50% adstritos à área territorial e os restantes 50% às áreas centrais de suporte ao negócio, de entre os quais cerca de 25% afectos às áreas técnicas de subscrição e sinistros, 7% à área de tecnologias de informação, 6% ao atendimento de call center, 4% à área financeira e 1% à área de recursos humanos.

Cerca de 70% dos colaboradores situam-se na faixa etária até 40 anos, sendo a média de idades global de 37 anos, um ano mais que em 2005, o que representa uma evolução normal.

A distribuição por sexos tem vindo a tender para o equilíbrio e no final do ano 2006 era de 58% de homens e 42% de mulheres.

O nível de experiência profissional dos colaboradores no activo é significativo, com praticamente dois terços a possuírem mais de cinco anos de experiência na actividade seguradora.

Ao nível das qualificações académicas, verificou-se um incremento dos colaboradores com formação superior que representam agora 39% do total, contra os 33% do ano anterior. Este indicador, não sendo, por si só, garantia de sucesso, revela o cuidado colocado no recrutamento que entendemos importante destacar.



PONTE ROMANA

O investimento em formação teve, mais uma vez, um papel importante, tendo sido proporcionadas quase nove mil horas, equivalentes a uma média de 32 horas por formando, o que representa um aumento de cerca de 14% em relação ao ano anterior.

A rotatividade passou dos 4,4% registados em 2005 para os 5,8% em 2006, percentagem que, apesar de representar uma subida, continua num nível bastante baixo e ainda inferior ao dos restantes anos anteriores, razão pela qual podemos dizer que retrata perfeitamente a capacidade de retenção da empresa.

Em abono desta tese, o estudo “Melhores Empresas para Trabalhar” realizado pelo *Great Place to Work*, que se baseia em respostas dos próprios colaboradores, confidenciais e anónimas, voltou a destacar a MAPFRE Seguros Gerais como a melhor seguradora e a terceira melhor no contexto multi-sectorial.

IV – Objectivos para o futuro

De acordo com o plano estratégico definido para o triénio 2007-2009, em 2007, o crescimento volta a ocupar um lugar central, projectando-se que, mais uma vez, seja superior ao do mercado, permitindo o incremento da respectiva quota.

No sentido de atingir este objectivo, serão levadas a cabo acções tendentes ao crescimento orgânico da rede comercial, à melhoria da oferta de produtos e à retenção de carteira.

Pretende-se apostar na consolidação da área de grandes negócios, bem como potenciar a comercialização do novo produto automóvel lançado em 2006.

Em paralelo, prevê-se aprofundar os métodos e a pró actividade no tratamento da carteira, a fim de incrementar a sua retenção.

Por outro lado, a fim de garantir uma adequada rentabilidade, serão colocadas em prática medidas de contenção da sinistralidade, através da melhoria nos processos de subscrição e de gestão de sinistros.

Paralelamente, prevê-se efectuar investimentos na automatização de processos, no sentido de conseguir reduções nos gastos de funcionamento e contribuir, também por esta via, para a rentabilidade.

Continuará a aposta na formação, mediante a execução de um programa de formação global, capaz de capacitar os colaboradores, de forma a permitir incrementar, ainda mais, os níveis de eficiência e qualidade.

Lugar central ocupará a reorganização e a racionalização empresarial que passa pela integração das estruturas das distintas entidades do grupo MAPFRE que operam em Portugal, com o objectivo de disponibilizar uma oferta global de serviços aos clientes e de aproveitar sinergias, no sentido de conseguir economias de escala na sua estrutura de suporte ao negócio.

Além de tudo isto, será dada continuidade à implementação dos processos de controlo de risco e de continuidade de negócio que em 2006 tiveram o seu início.

Também se levarão a cabo acções de responsabilidade social e ambiental, reconhecendo o papel que a empresa deve ter na sociedade.

Mais uma vez estamos conscientes do desafio proposto mas cremos que com a motivação e empenho de todos os intervenientes serão atingidos os objectivos.



PONTE VASCO
DA GAMA

V – Agradecimentos

O ano 2006 foi difícil e exigiu um esforço significativo de todos, sem o qual não teria sido possível atingir os resultados antes descritos.

Por isso é de inteira justiça deixar aqui uma palavra de agradecimento a todos quantos prestaram a sua colaboração:

- Aos clientes que acreditaram na nossa capacidade para os servir;
- Aos empregados pela extraordinária dedicação e empenho;
- Aos agentes delegados pela sua identificação com a empresa;
- Aos restantes agentes e corretores por nos ajudarem a chegar mais perto dos clientes;
- Aos resseguradores por nos proporcionarem as condições indispensáveis a uma adequada oferta de produtos;
- Aos co-seguradores por contribuírem com soluções comuns para servir os clientes;
- Aos accionistas por confiarem na nossa gestão;
- Às restantes entidades envolvidas, das quais destacamos o Instituto de Seguros de Portugal, a Associação Portuguesa de Seguradores e o Revisor Oficial de Contas e Fiscal Único, pela colaboração oportuna que nos prestaram;

A todos o nosso muito obrigado e o nosso compromisso de continuar a trabalhar com afinco.

VI – Aplicação de resultados

À semelhança dos anos anteriores propomos a incorporação dos resultados em capitais próprios, reforçando ainda mais a solvência da empresa.

De acordo com esta proposta, o resultado líquido do exercício, no montante de 5.226.956,78 euros será destinado a:

- Reserva legal: 522.695,68 euros
- Reserva livre: 4.704.261,10 euros





Contas anuais 2006

Balanço

| C E E | ATIVO | EXERCÍCIO | | | EXERCÍCIO ANTERIOR | |
|------------------------|---------------------------------|--|--------------------------|----------------------|-----------------------|-----------------------|
| | | Activo Bruto | Amortizações e Provisões | Activo Líquido | | |
| B | 25+272+275 | Imobilizações incorpóreas | 14.485.046,29 | 14.437.522,00 | 47.524,29 | 362.239,09 |
| C | | Investimentos | | | | |
| I | | Terrenos e edifícios | 22.072.785,33 | | 22.072.785,33 | 21.798.568,43 |
| | 20xx00+22000+22100+2300 | De serviço próprio | 19.750.165,40 | | 19.750.165,40 | 19.457.961,88 |
| | 20xx01+22001+22101+2301 | De rendimento | 2.313.317,20 | | 2.313.317,20 | 2.340.606,55 |
| | 270+273 | Imobilizações em curso e adiantamentos por conta | 9.302,73 | | 9.302,73 | 0,00 |
| II | | Investimentos em empresas do grupo e associadas | 0,00 | | 0,00 | 0,00 |
| 1 | 20xx10+22010+22110+2310 | Partes de capital em empresas do grupo | | | 0,00 | 0,00 |
| 2 | 20xx11+22011+22111+2311 | Obrigações e outros empréstimos a emp. do grupo | | | 0,00 | 0,00 |
| 3 | 20xx12+22012+22112+2312 | Partes de capital em empresas associadas | | | 0,00 | 0,00 |
| 4 | 20xx13+22013+22113+2313 | Obrigações e outros empréstimos a emp. associadas | | | 0,00 | 0,00 |
| III | | Outros investimentos financeiros | 116.891.543,40 | | 116.891.543,40 | 93.637.523,52 |
| 1 | 20xx20+22020+22120+2320 | Acções, outros títulos de rendim. variável e unidades de participação em fundos de investimento | | | | |
| 2 | 20xx21+22021+22121+2321 | Obrigações e outros títulos de rendimento fixo | 73.998.198,58 | | 73.998.198,58 | 52.255.168,53 |
| 4 | 20xx22+22022+22122+2322 | Empréstimos hipotecários | 0,00 | | 0,00 | 0,00 |
| 5 | 20xx23+22023+22123+2323 | Outros empréstimos | 839.482,67 | | 839.482,67 | 720.770,21 |
| 6 | 20xx24+22024+22124+2324 | Depósitos em instituições de crédito | 23.100.000,00 | | 23.100.000,00 | 25.146.460,66 |
| 7 | 20xx25/6+22025/6+22125/6+2325/6 | Outros | 0,00 | | 0,00 | 0,00 |
| IV | 24 | Depósitos junto de empresas cedentes | | | 0,00 | 0,00 |
| D | 21 | Investimentos relativos a seguros de vida em que o risco de investimento é suportado pelo tomador de seguro | | | 0,00 | 0,00 |
| D-A | | Provisões técnicas de resseguro cedido | 9.736.761,33 | | 9.736.761,33 | 6.904.115,82 |
| 1 | 3500+3510 | Provisão para prémios não adquiridos | 3.393.915,42 | | 3.393.915,42 | 2.935.658,07 |
| 2 | 3400+3410 | Provisão matemática do ramo vida | 0,00 | | 0,00 | 0,00 |
| 3 | 3401+3411+3501+3511 | Provisão para sinistros | 6.342.845,91 | | 6.342.845,91 | 3.968.457,75 |
| 4 | 3402+3412+3502+3512 | Provisão para participação nos resultados | 0,00 | | 0,00 | 0,00 |
| 5 | 3503+3513 | Outras provisões técnicas | 0,00 | | 0,00 | 0,00 |
| 6 | 3403+3413 | Provisões técnicas relativas a seguros de vida em que o risco de investimento é suportado pelo tomador de seguro | 0,00 | | 0,00 | 0,00 |
| E | | Devedores | 20.976.848,52 | 2.958.345,07 | 18.018.503,45 | 18.411.392,11 |
| I | | Por operações de seguro directo | | | | |
| | 400+410+420+4700 | Empresas do grupo | 0,00 | | 0,00 | 0,00 |
| | 401/2+411/2+421/2+4701/2 | Empresas participadas e participantes | 0,00 | | 0,00 | 0,00 |
| | 403+413+423+4703 | Outros devedores | 17.458.849,44 | 2.719.029,94 | 14.739.819,50 | 15.111.587,53 |
| II | | Por operações de resseguro | | | | |
| | 430+440 | Empresas do grupo | 2.989,05 | | 2.989,05 | 246.412,46 |
| | 431+432+441+442 | Empresas participadas e participantes | 0,00 | | 0,00 | 0,00 |
| | 433+443 | Outros devedores | 86.350,92 | | 86.350,92 | 125.110,82 |
| III | | Por outras operações | | | | |
| | 4730 | Empresas do grupo | 0,00 | | 0,00 | 0,00 |
| | 4731+4732 | Empresas participadas e participantes | 0,00 | | 0,00 | 0,00 |
| | 46+4733+474+475 | Outros devedores | 3.428.659,11 | 239.315,13 | 3.189.343,98 | 2.928.281,30 |
| IV | 472 | Subscritores de capital | 0,00 | | 0,00 | 0,00 |
| F | | Outros elementos do activo | 23.022.137,09 | 6.824.506,55 | 16.197.630,54 | 24.407.415,47 |
| I | 26+271+274 | Imobilizações corpóreas e existências | 9.284.587,14 | 6.824.506,55 | 2.460.080,59 | 2.666.808,88 |
| II | 50+51 | Depósitos bancários e caixa | 13.737.549,95 | | 13.737.549,95 | 21.740.606,59 |
| IV | 28 | Outros | 0,00 | | 0,00 | 0,00 |
| G | | Acréscimos e diferimentos | 1.770.691,34 | | 1.770.691,34 | 1.869.012,01 |
| I | 4800 | Juros a receber | 1.677.773,16 | | 1.677.773,16 | 1.827.839,66 |
| II-III | 4801+4802+481 | Outros acréscimos e diferimentos | 92.918,18 | | 92.918,18 | 41.172,35 |
| Total do Activo | | | 208.955.813,30 | 24.220.373,62 | 184.735.439,68 | 167.390.266,45 |

Valores em euros

| C E E | PASSIVO | EXERCÍCIO | EXERCÍCIO ANTERIOR |
|-------------------------|---|-----------------------|-----------------------|
| A | Capital próprio | 64.384.387,19 | 59.674.450,12 |
| I | 10 Capital | 33.108.650,00 | 33.108.650,00 |
| II | 11 Prémios de emissão | 2.979.548,04 | 2.979.548,04 |
| III | Reservas de reavaliação | | |
| | 12000 Reavaliação regulamentar | 7.717.072,93 | 8.234.092,64 |
| | 12001+1201 Reavaliação legal | 0,00 | 0,00 |
| IV | Reservas | | |
| | 121 Reserva legal | 1.559.040,23 | 1.126.696,09 |
| | 122 Reserva estatutária | 0,00 | 0,00 |
| | 123 Outras reservas | 13.793.119,21 | 9.902.022,00 |
| V | 19 Resultados transitados | 0,00 | 0,00 |
| VI | 88 Resultado do exercício | 5.226.956,78 | 4.323.441,35 |
| B | 14 Passivos subordinados | 0,00 | 0,00 |
| B-A | 16 Fundo para dotações futuras | 0,00 | 0,00 |
| C | Provisões técnicas | 102.450.803,59 | 88.303.797,08 |
| 1 | 310+330 Provisão para prémios não adquiridos | 28.179.969,24 | 27.145.177,62 |
| 2 | 300+320 Provisão matemática do ramo vida | 0,00 | 0,00 |
| 3 | Provisão para sinistros | | |
| | 301+321 De vida | 0,00 | 0,00 |
| | 3110+3310 De acidentes de trabalho | 21.246.516,76 | 19.420.314,56 |
| | 3111+3311 De outros ramos | 52.670.557,02 | 41.511.056,18 |
| 4 | 302+312+322+332 Provisão para participação nos resultados | 0,00 | 0,00 |
| 5 | 313+333 Provisão para desvios de sinistralidade | 280.877,24 | 227.248,72 |
| 6 | 314+334 Outras provisões técnicas | 72.883,33 | 0,00 |
| D | 303+323 Provisões técnicas relativas a seguros de vida em que o risco de investimento é suportado pelo tomador de seguro | | |
| E | Provisões para outros riscos e encargos | 1.442.981,97 | 1.225.686,88 |
| 1 | 4920+4921 Provisões para pensões | 0,00 | 0,00 |
| 2 | 4922 Provisões para impostos | 1.353.198,35 | 1.225.686,88 |
| 3 | 4923 Outras provisões | 89.783,62 | 0,00 |
| F | 45 Depósitos recebidos de resseguradores | -2.174,46 | -896,03 |
| G | Credores | 13.662.048,18 | 14.666.057,68 |
| I | Por operações de seguro directo | | |
| | 400+410+420 Empresas do grupo | 0,00 | 0,00 |
| | 401+402+411+412+421+422 Empresas participadas e participantes | 0,00 | 0,00 |
| | 403+413+423 Outros credores | 6.835.014,43 | 7.483.593,38 |
| II | Por operações de resseguro | | |
| | 430+440 Empresas do grupo | 66.561,99 | 947.305,33 |
| | 431+432+441+442 Empresas participadas e participantes | 0,00 | 0,00 |
| | 433+443 Outros credores | 2.530.771,11 | 20.103,40 |
| IV | Empréstimos bancários | | |
| | 4710 De empresas do grupo | 0,00 | 0,00 |
| | 4711+4712 De empresas participadas e participantes | 0,00 | 0,00 |
| | 4713 Outros credores | 0,00 | 0,00 |
| V | 46 Estado e outros entes públicos | 3.762.084,04 | 5.910.261,21 |
| V | Credores diversos | | |
| | 4730 Empresas do grupo | 0,00 | 0,00 |
| | 4731+4732 Empresas participadas e participantes | 0,00 | 0,00 |
| | 4733+474+475 Outros credores | 467.616,61 | 304.794,36 |
| H | 482+483 Acréscimos e diferimentos | 2.797.393,21 | 3.521.170,72 |
| Total do Passivo | | 184.735.439,68 | 167.390.266,45 |

Valores em euros

Conta de ganhos e perdas

| C E E | CONTA DE GANHOS E PERDAS | EXERCÍCIO | | | EXERCÍCIO ANTERIOR | | |
|-------|---|----------------|---------------|---------------|--------------------|---------------|---------------|
| I | Conta técnica do seguro não vida | | | | | | |
| 1 | Prémios adquiridos líquidos de resseguro | | | | | | |
| a) | 701+703 Prémios brutos emitidos | 97.802.996,86 | | | 94.593.641,39 | | |
| b) | 711+713 Prémios de resseguro cedido | -14.813.855,89 | 82.989.140,97 | | -11.426.870,80 | 83.166.770,59 | |
| c) | 6110+6130 Provisão para prémios não adquiridos (variação) | -737.546,97 | | | -4.244.422,70 | | |
| d) | 61500+61510 Provisão para prémios não adquiridos, parte dos resseguradores (variação) | 771.452,14 | 33.905,17 | 83.023.046,14 | 397.760,78 | -3.846.661,92 | 79.320.108,67 |
| | Proveitos dos investimentos | | | | | | |
| | Rendimentos de partes de capital | | | | | | |
| | 742010+742110 Relativos a empresas do grupo | 0,00 | | | 0,00 | | |
| | 742020+742120 Outros | 0,00 | 0,00 | | 0,00 | 0,00 | |
| | Rendimentos de outros investimentos | | | | | | |
| | 742011/2+742111/2 Relativos a empresas do grupo | 0,00 | | | 0,00 | | |
| | 74200+742021/2+74203+74210+742121/2+74213 Outros | 5.424.050,68 | 5.424.050,68 | | 4.779.130,06 | 4.779.130,06 | |
| | 752+7541+7552 Ganhos realizados em investimentos | | 1.296.770,41 | 6.720.821,09 | | 45.448,70 | 4.824.578,76 |
| | 762 Mais-valias não realizadas de investimentos | | | 3.661.895,04 | | | 2.660.267,84 |
| 3 | 7901 Outros proveitos técnicos, líquidos de resseguro | | | 859.188,49 | | | 68.162,80 |
| | Proveitos técnicos | | | 94.264.950,76 | | | 86.873.118,07 |
| 4 | Custos com sinistros, líquidos de resseguro | | | | | | |
| a) | Montantes pagos | | | | | | |
| aa) | 6010+6030 Montantes brutos | 58.887.101,12 | | | 51.624.858,12 | | |
| bb) | 60500+60510 Parte dos resseguradores | -4.994.437,14 | 53.892.663,98 | | -4.406.318,10 | 47.218.540,02 | |
| b) | Provisão para sinistros (variação) | | | | | | |
| aa) | 6011+6031 Montante bruto | 12.985.703,07 | | | 10.829.781,95 | | |
| bb) | 60501+60511 Parte dos resseguradores | -2.374.388,16 | 10.611.314,91 | 64.503.978,89 | -432.034,40 | 10.397.747,55 | 57.616.287,57 |
| 5 | 6112/3+6132/3-61501-61511 Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro (variação) | | | 72.883,33 | | | 0,00 |
| 6 | 621+623-625 Participação nos resultados, líquida de resseguro | | 0,00 | | | | 0,00 |
| 7 | Custos de exploração líquidos | | | | | | |
| a) | 6301+6303 Custos de aquisição | 17.090.097,57 | | | 17.999.581,37 | | |
| b) | 6311+6313 Custos de aquisição diferidos (variação) | 297.244,65 | | | -884.846,30 | | |
| c) | 6321+6323 Custos administrativos | 4.403.944,16 | | | 4.243.965,80 | | |
| d) | 721+723 Comissões e participação nos resultados de resseguro | -2.195.736,01 | 19.595.550,37 | | -2.551.883,33 | 18.806.817,54 | |
| | Custos com investimentos | | | | | | |
| | 641 Custos de gestão dos investimentos | 375.960,00 | | | 234.759,24 | | |
| | 652+654+6552 Perdas realizadas em investimentos | 560.241,44 | 936.201,44 | | 232.452,52 | 467.211,76 | |
| | 662 Menos-valias não realizadas de investimentos | | | 1.773.124,39 | | | 189.102,91 |
| 8 | 6901 Outros custos técnicos, líquidos de resseguro | | | 1.055.136,86 | | | 5.039,81 |
| 9 | 6111+6131 Provisão para desvios de sinistralidade (variação) | | | 53.628,52 | | | 40.764,21 |
| | Custos técnicos | | | 87.990.503,80 | | | 77.125.223,80 |
| 10 | 801 Resultado da conta técnica do seguro não vida | | | 6.274.446,96 | | | 9.747.894,27 |

Valores em euros

| C E E | CONTA DE GANHOS E PERDAS | EXERCÍCIO | | | EXERCÍCIO ANTERIOR | | |
|-------|---|-----------|------------|---------------|--------------------|------------|---------------|
| III | Conta não técnica | | | | | | |
| 1 | 801 Resultado da conta técnica do seguro não vida | | | 6.274.446,96 | | | 9.747.894,27 |
| 2 | 800 Resultado da conta técnica do seguro de vida | | | | | | |
| | Resultado da conta técnica | | | 6.274.446,96 | | | 9.747.894,27 |
| 3 | Proveitos dos investimentos | | | | | | |
| a) | Rendimentos de partes de capital | | | | | | |
| | 74310 Relativos a empresas do grupo | 0,00 | | | 0,00 | | |
| | 74320 Outros | 0,00 | 0,00 | | 0,00 | 0,00 | |
| b) | Rendimentos de outros investimentos | | | | | | |
| | 74311/2 Relativos a empresas do grupo | 0,00 | | | 0,00 | | |
| | 7430+74321/2+7433 Outros | 34.527,63 | 34.527,63 | | 24.545,62 | 24.545,62 | |
| d) | 753+7542+7553 Ganhos realizados em investimentos | | 0,00 | 34.527,63 | | 0,00 | 24.545,62 |
| 3A | 763 Mais-valias não realizadas de investimentos | | | 0,00 | | | 0,00 |
| 7 | 7911+7912 Outros proveitos | | | 2.249.621,89 | | | 227.993,66 |
| | Proveitos não técnicos | | | 2.284.149,52 | | | 252.539,28 |
| 5 | Custos com investimentos | | | | | | |
| a) | 642 Custos de gestão de investimentos | | 256.145,23 | | | 341.528,58 | |
| c) | 653+6542+6553 Perdas realizadas em investimentos | | 0,00 | 256.145,23 | | 0,00 | 341.528,58 |
| 5A | 663 Menos-valias não realizadas de investimentos | | | 0,00 | | | 0,00 |
| 8 | 6911+6912+6913 Outros custos, incluindo ajustamentos | | | 1.524.267,47 | | | 552.157,76 |
| | Custos não técnicos | | | 1.780.412,70 | | | 893.686,34 |
| 10 | 82 Resultado da actividade corrente | | | 6.778.183,78 | | | 9.106.747,21 |
| 11 | 7910 Proveitos e ganhos extraordinários | | | 91.266,21 | | | 40.268,76 |
| 12 | 6910 Custos e perdas extraordinários | | | 317.717,45 | | | 253.934,48 |
| 13 | 83 Resultado extraordinário | | | -226.451,24 | | | -213.665,72 |
| | 84 Dotação ou utilização da Reserva de Reavaliação Regulamentar | | | -1.888.770,65 | | | -2.459.932,93 |
| | 85 Recuperação de mais e menos-valias realizadas de investimentos | | | 2.405.790,36 | | | 6.485,72 |
| | 86 Resultado antes de impostos | | | 7.068.752,25 | | | 6.439.634,28 |
| 14 | 87 Imposto sobre o rendimento do exercício | | | 1.841.795,47 | | | 2.116.192,93 |
| 16 | 88 Resultado líquido do exercício | | | 5.226.956,78 | | | 4.323.441,35 |

Valores em euros

Anexo

ANEXO REFERENTE ÀS CONTAS ANUAIS DO EXERCÍCIO DE 2006 da MAPFRE SEGUROS GERAIS, S.A., constituída por escritura em 30 de Dezembro de 1997.

Foi considerada constituída formalmente como sociedade anónima de seguros, conforme Norma N. 2/98-A do ISP.

A MAPFRE SEGUROS GERAIS, S.A., iniciou a sua actividade como sociedade anónima de seguros, em 1 de Abril de 1998, recebendo a carteira da Agência Geral em Portugal da MAPFRE SEGUROS GENERALES COMPAÑIA DE SEGUROS Y REASEGUROS, S.A., conforme escritura de 31 de Março de 1998.

1 - Não aplicável.

2 - Não aplicável.

3 - As demonstrações financeiras foram preparadas de harmonia com os princípios contabilísticos definidos no Plano de Contas para as Empresas de Seguros e Normas emanadas pelo Instituto de Seguros de Portugal. Assim, foram preparadas segundo convenção dos custos históricos (modificada pela adopção do princípio do valor actual relativamente aos Investimentos), e na base da continuidade das operações e em conformidade com os princípios contabilísticos de prudência, especialização dos exercícios, consistência, substância sobre a forma e materialidade.

Os principais critérios valorimétricos e métodos de cálculo para as correcções de valor utilizados na preparação das demonstrações financeiras foram os seguintes:

a) Imobilizações Corpóreas e Incorpóreas

Estão valorizadas ao custo de aquisição. As amortizações são efectuadas pelo método das quotas constantes, por duodécimos (com início no mês de aquisição dos bens), a taxas calculadas para que o valor dos imobilizados seja amortizado durante a sua vida útil estimada, nos seguintes anos:

| IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS | ANOS | IMOBILIZAÇÕES INCORPÓREAS | ANOS |
|--------------------------------|-------------|---------------------------------------|-------------|
| Equipamento Administrativo | 4 a 10 | Despesas de Constituição e Instalação | 3 |
| Máquinas e Ferramentas | 5 a 10 | Trespases | 5 |
| Equipamento Informático | 3 a 5 | Despesas em Edifícios Arrendados | 3 |
| Equipamento de Transporte | 4 | | |
| Outras Imobilizações Corpóreas | 4 a 8 | | |

Os bens de valor inferior ou igual a €199,52 são totalmente amortizados no exercício em que se verifica a aquisição.

b) Investimentos

Os investimentos são valorizados com base no princípio do valor actual, à excepção dos títulos de rendimento fixo.

Entende-se como valor actual, relativamente aos imóveis e títulos de rendimento variável, o valor de mercado, apurado da seguinte forma:

- 1) Imóvel – O valor de mercado é apurado com base em estudos de avaliação efectuados por peritos avaliadores reconhecidos pelo ISP. Os estudos de avaliação são efectuados no mínimo de 5 em 5 anos. Os imóveis são parcialmente ocupados pela Companhia e não são amortizados.
- 2) Títulos de rendimento variável – Se admitidos à negociação em bolsa de valores ou em mercados regulamentados e transaccionados nos 30 dias antecedentes à data de referência da avaliação, são valorizados de acordo com a cotação de fecho.

Se não cotados, são valorizados de acordo com os seguintes critérios:

- Acções: no máximo, ao valor que proporcionalmente lhes corresponde nos capitais próprios da respectiva empresa, de acordo com o último balanço aprovado;
- Unidades de participação em fundos de investimentos: ao valor patrimonial à data do balanço;
- Títulos de participação: ao valor nominal.

O aumento ou diminuição do valor dos investimentos, referidos em b.1) e b.2), resultantes da sua actualização para o valor de mercado é contabilizado na Conta de Ganhos e Perdas nas rubricas de mais e menos valias não realizadas de investimentos. Conforme Norma do ISP, este efeito é compensado com a constituição e utilização da Reserva de Reavaliação Regulamentar.

Os títulos de rendimento fixo são valorizados ao valor de aquisição ajustado, de forma escalonada ao longo da vida dos títulos, para o valor actual dos cash flows futuros, actualizados com base na taxa interna de rentabilidade do título. Este critério de valorização, adoptado internacionalmente pelo Grupo MAPFRE, conduz a que na data de reembolso, os títulos se encontrem registados pelo correspondente valor de reembolso, de igual forma à que resultaria da adopção dos critérios valorimétricos estabelecidos no Plano de Contas para as Empresas de Seguros.

Na venda dos títulos de rendimentos fixo, antes do seu vencimento, sempre que o produto dessa venda é utilizado para adquirir outros títulos de rendimento fixo, a mais valia, a existir, resultante da diferença entre o produto dessa venda e o seu valor contabilístico, é escalonada de modo uniforme ao longo do período remanescente do título, de acordo com as normas específicas de contabilização, para os investimentos, descritas no plano de contas de contas para as empresas de seguros.

c) Provisão para Prémios não Adquiridos

A provisão para prémios não adquiridos inclui a parte dos prémios brutos emitidos, relativamente a cada um dos contratos em vigor, a imputar a um ou vários exercícios seguintes, apurada de acordo com o método *“pro rata temporis”*.

Esta provisão destina-se a garantir a cobertura dos riscos assumidos e dos encargos deles resultantes durante o período compreendido entre o final do exercício e a data de vencimento de cada um dos contratos de seguro. A provisão constante do Balanço encontra-se deduzida do montante dos custos de aquisição diferidos imputados aos exercícios seguintes, nas percentagens dos prémios diferidos, até ao limite de 20% dos mesmos, por cada um dos ramos.

d) Provisão para Sinistros

A provisão para sinistros corresponde: I) ao valor das responsabilidades estimadas por sinistros pendentes de liquidação; II) à estimativa para as responsabilidades provenientes de sinistros ocorridos mas não declarados à data do Balanço, calculada em função de métodos estatísticos; III) à estimativa de desvios, baseada em métodos estatísticos, para os sinistros já comunicados mas não regularizados; IV) à estimativa dos gastos de tramitação de sinistros, calculados em função de métodos estatísticos; V) ao valor actual das pensões, homologadas, conciliadas, definidas ou meramente presumíveis a pagar no âmbito das operações de seguro de acidentes de trabalho, calculadas com as bases técnicas mencionadas no Ponto 38 deste Anexo, conforme o ponto 3 do Capítulo I da Norma 15/2000-R.

e) Provisão para Desvios de Sinistralidade

A provisão para desvios de sinistralidade destina-se a fazer face à sinistralidade excepcionalmente elevada, nos ramos de seguro em que, pela sua natureza, se preveja que aquela tenha maiores oscilações.

De acordo com as normas do Instituto de Seguros de Portugal, esta provisão foi constituída para os riscos de fenómenos sísmicos.

f) Provisão para Riscos em Curso

A provisão para riscos em curso corresponde ao montante necessário para fazer face a prováveis indemnizações e encargos a suportar após o termo do exercício e que excedam o valor dos prémios não adquiridos e dos prémios exigíveis relativos a contratos em vigor de seguros não vida. O cálculo desta provisão foi efectuado de acordo com a Norma 12/2000-R.

g) Provisões Técnicas de Resseguro Cedido

A provisão para prémios não adquiridos e a provisão para sinistros de resseguro cedido correspondem à quota parte da responsabilidade dos resseguradores nas responsabilidades totais da Companhia, e são calculadas de acordo com os contratos em vigor, no que refere às percentagens de cedência e a outras cláusulas existentes. A provisão de Balanço, para prémios não adquiridos, encontra-se deduzida do montante dos custos de aquisição diferidos imputados aos exercícios seguintes, nas percentagens dos prémios diferidos, por cada um dos ramos.

h) Provisão para Recibos por Cobrar

A provisão para recibos por cobrar destina-se a reduzir o montante dos recibos por cobrar ao seu valor provável de realização e é calculada mediante a aplicação de uma percentagem média, correspondente à taxa da receita líquida da Companhia, aos recibos com cobranças em atraso, nos termos definidos na Norma 13/2000-R.

A Companhia realizou vários estudos para aplicação da Norma 16/2006-R. Por necessidade de aprofundar esses estudos, o que fará no exercício de 2007, e por motivo destes iniciarem uma redução na provisão existente à data, a Companhia, por prudência, optou por aplicar o definido na Norma 13/2000-R.

i) Provisão para Créditos de Cobrança Duvidosa

A provisão para créditos de cobrança duvidosa destina-se a reduzir ao seu valor provável de realização, os saldos a receber, resultantes de operações de seguro directo, de resseguro ou outras, à excepção dos recibos por cobrar.

j) Responsabilidade com Pensões de Reforma

A Companhia é responsável pelo pagamento de pensões de reforma aos seus empregados, nos termos definidos no Contrato Colectivo de Trabalho da actividade seguradora em Portugal, as quais se encontram financiadas através de contratos de seguros – vide Nota 19.

k) Provisão para Riscos e Encargos

Esta provisão destina-se a cobrir contingências fiscais ou de outra natureza, não abrangida por provisões específicas e são estimadas e registadas tendo em conta as expectativas fundamentadas da Companhia quanto ao desfecho da cada situação, baseadas nas opiniões dos seus advogados.

4 - As cotações utilizadas para a conversão dos elementos das contas expressos em moeda diferente do Euro respeitam o último câmbio de referência indicado pelo Banco de Portugal.

5 - Não aplicável.

6 - Não aplicável.

7 - O número médio de trabalhadores ao serviço da empresa no exercício de 2006 foi de 275, distribuído pelas seguintes categorias profissionais:

| COMUNS | N.º | TÉC-ADMINIST | N.º | COMERCIAIS | N.º | INFORMÁTICA | N.º |
|----------------------|-----|----------------------------------|-----|--|-----|----------------------|-----|
| Director Geral | 2 | | | | | | |
| Director Coordenador | 3 | | | | | | |
| Director Serviços | 14 | | | | | | |
| | | Chefe de Serviços | 5 | Coordenador Geral de Serviços Comerciais | 5 | Chefe de Centro | 1 |
| | | Chefe Serviços Formação | 1 | | | Chefe de Análise | |
| | | Chefe de Serviços Análise Riscos | 1 | | | | |
| | | | | | | Analista Sénior | 3 |
| | | Chefe de Secção | 16 | Coordenador Zona | 2 | Analista Programador | 4 |
| | | Perito Chefe | 1 | Gerente Delegação | 30 | Chefe de Operações | 2 |
| | | Técnico de Formação | | | | Programador Sénior | 1 |
| | | Técnico Chefe Análise Riscos | 1 | | | | |
| | | Subchefe Secção | 15 | Assistente Comercial | 7 | Programador | 4 |
| | | Perito Subchefe | 3 | Chefe de Equipa | 1 | | |
| | | Escriturário | 83 | Técnico Comercial | 35 | | |
| | | Perito | 9 | | | | |
| | | Regularizador Sinistros | 12 | | | | |
| | | Escriturário Estagiário | 11 | Estagiário Comercial | 2 | | |

Na categoria de Cozinheiro, 1 trabalhador.

8 - Montante dos custos com pessoal referentes ao exercício, assim discriminados:

| CONTAS | RUBRICAS | VALORES |
|--------|--|--------------|
| | Remunerações | |
| 6800 | - Dos órgãos sociais | 259.352,80 |
| 6801 | - Do pessoal | 6.064.118,32 |
| 6802 | Encargos sobre remunerações | 1.385.493,05 |
| | Custos com pensões | |
| 6803 | - Pensões e respectivos encargos | 52.702,58 |
| 6804 | - Prémios e contribuições para pensões | 14.673,34 |

Em €

9 - Não aplicável.

10 - As Imobilizações Incorpóreas incluem essencialmente o seguinte:

- Despesas de Constituição (Transformação) da Empresa;
- Despesas de Aumento de Capital;
- Valor dos Trespases da Carteira de Seguros da Agência Geral em Portugal da MAPFRE SEGUROS GENERALES COMPAÑIA DE SEGUROS Y REASEGUROS (totalmente amortizado em 2003) e da Carteira de Seguros da Sucursal em Portugal da AEGON UNIÓN ASEGURADORA SOCIEDAD ANÓNIMA DE SEGUROS Y REASEGUROS. (vide Nota 45);
- Obras num Imóvel Arrendado, localizado na Cidade do Porto.

11 - Não aplicável.

12 - Valor global das dívidas de cobrança duvidosa inscrito na rubrica Outros Credores:

- Por cheques sem provisão e prestações de contas sem fundos de mediadores, o montante de € 58.499,09;
- Por dívidas de segurados, o montante de € 141.907,28;
- Por outros devedores diversos, o montante de € 38.908,76;

Está constituída a respectiva provisão para créditos de cobrança duvidosa no valor de € 239.315,13.

13 - Não aplicável.

14 - O Capital social integralmente subscrito e realizado em dinheiro, no final do exercício de 2006, é de € 33.108.650 dividido em 6.635.000 acções, no valor nominal de € 4,99 cada uma, repartido da seguinte forma:

| ENTIDADE ACCIONISTA | N.º DE ACÇÕES | VALOR |
|--|------------------|----------------------|
| MAPFRE GUANARTEME COMPAÑIA DE SEGUROS Y REASEGUROS DE CANARIAS, S.A. | 20 | 99,80 |
| MAPFRE CAUCION y CREDITO, COMPAÑIA INTERNACIONAL DE SEGUROS y REASEGUROS, S.A. | 20 | 99,80 |
| MAPFRE SEGUROS GENERALES COMPAÑIA DE SEGUROS Y REASEGUROS, S.A. | 1.658.817 | 8.277.496,83 |
| MAPFRE INDUSTRIAL SOCIEDAD ANÓNIMA DE SEGUROS, S.A. | 20 | 99,80 |
| MAPFRE MUTUALIDAD DE SEGUROS Y REASEGUROS A PRIMA FIJA | 4.976.123 | 24.830.853,77 |
| TOTAL | 6.635.000 | 33.108.650,00 |

15 - Não aplicável.

16 - Não aplicável.

17 - À exceção da provisão para sinistros que poderá ter uma duração residual superior a cinco anos, tendo em conta as características desta provisão, não existem valores a pagar com exigibilidade para além dos cinco anos.

18 - Não aplicável.

19 - O financiamento das responsabilidades assumidas pela MAPFRE SEGUROS GERAIS, S.A., com planos de pensões de velhice relativos aos seus trabalhadores encontra-se garantido através de um contrato de seguro, contratado com a MAPFRE VIDA, S.A. O valor das responsabilidades com serviços passados, a 31 de Dezembro de 2006, é de € 1.403.163,88, apurado nos termos da Norma 14/98-R, e encontra-se totalmente financiado pelo referido contrato de seguro.

As responsabilidades com o pagamento de pensões de invalidez encontram-se financiadas por um seguro temporário anual renovável e as responsabilidades com os reformados por uma apólice de renda vitalícia imediata a prémio único.

20 - Demonstração da carga fiscal, referente aos três últimos exercícios:

| EXERCÍCIO | CARGA FISCAL IMPUTÁVEL | VALORES PAGOS | VALORES A PAGAR/ RECUPERAR |
|-----------|------------------------|---------------|----------------------------|
| 2004 | 1.321.813,24 | 1.321.813,24 | |
| 2005 | 2.116.192,93 | 2.116.192,93 | |
| 2006 | 1.841.795,47 | 1.610.028,69 | 231.766,78 |

Em €

A Companhia não adopta o conceito de impostos diferidos resultantes das diferenças temporárias entre os resultados contabilísticos e os fiscalmente aceites para tributação.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social).

A Companhia foi sujeita em 2006 a uma Inspeção da Direcção Geral de impostos, de âmbito Geral (Alínea a) do n.º.1 do art. 14º do RCPIT), relativamente ao exercício de 2003, da qual resultou uma liquidação adicional de IRC e correspondentes juros, no montante de € 337.699,17 – vide Nota 26.

21 - Não aplicável.

22 - Conforme anexo 1.

22A - Avaliação de determinados instrumentos financeiros ao justo valor:

| Tipo de instrumento financeiro | Valor de Balanço | Justo valor |
|--|----------------------|----------------------|
| Participações em empresas do grupo e associadas | | |
| Acções e outros títulos de rendimentos variável | 18.953.862,15 | 18.953.862,15 |
| Títulos de rendimento fixo | 73.998.198,58 | 75.697.308,56 |
| Instrumentos derivados | | |
| Total | 92.952.060,73 | 94.651.170,71 |
| Diferença entre o valor de balanço e o justo valor | | -1.699.109,98 |

Em €

23 - Conforme anexo 2, 3 e 4.

24 - Movimentos relativos a reavaliações, de acordo com o seguinte mapa:

| RUBRICAS | IMOBILIZ CORPÓREAS | INVESTIMENTOS | TOTAL |
|-------------------------------------|-----------------------|---------------|---------------|
| Reserva de Reavaliação | | | |
| Início do exercício | | 8.234.092,64 | 8.234.092,64 |
| Aumentos | | 1.888.770,65 | 1.888.770,65 |
| Diminuições | | 2.405.790,36 | 2.405.790,36 |
| Incorporação capital social | | | |
| Outras | | | |
| Fim do exercício | | 7.717.072,93 | 7.717.072,93 |
| Custos históricos | 9.180.378,83 | 34.099.712,40 | 43.280.091,23 |
| Reavaliações | | 6.917.632,35 | 6.917.632,35 |
| Valores contabilísticos reavaliados | 9.180.378,83 | 41.017.344,75 | 50.197.723,58 |

Em €

Na rubrica de Investimentos não estão considerados os Títulos de Rendimento Fixo dado que se encontram valorizados de acordo com o ponto 3 deste Anexo.

O valor considerado na rubrica de Reavaliações de Investimentos é resultante de mais e menos valias potenciais desde a data de aquisição até à presente. A diferença entre o saldo da rubrica Reserva de reavaliação regulamentar e o valor de reavaliações considerado relativamente aos investimentos activos no final do exercício, respeita a mais valias de investimentos alienados em data anterior aquela em que a Companhia optou por passar a registar a recuperação de mais e menos valias realizadas.

25 - As mais e as menos valias fiscais apuradas aquando da alienação dos investimentos, de acordo com o artigo 42.º do código do IRC, resultam da diferença entre o valor de venda e o valor de aquisição, pelo que, os efeitos de reavaliações intercalares com consequente apuramento de mais ou menos valias não realizadas e a eventual constituição ou utilização da Reserva de Reavaliação Regulamentar, não são tributadas.

26 - Desdobramento das contas de provisões pelas respectivas subcontas, conforme quadro seguinte:

| CONTAS | SALDO INICIAL | AUMENTO | REDUÇÃO | SALDO FINAL |
|---|---------------|------------|------------|--------------|
| 490 - Ajustamentos de recibos por cobrar | | | | |
| De outros tomadores de seguros | 3.234.818,05 | | 515.788,11 | 2.719.029,94 |
| 491 - Ajustamentos de créditos de cobrança duvidosa | | | | |
| De outros devedores | 254.831,22 | | 15.516,09 | 239.315,13 |
| 492 - Outras Provisões | | | | |
| Impostos | 1.225.686,88 | 127.511,47 | | 1.353.198,35 |
| Outras | 0,00 | 89.783,62 | | 89.783,62 |

Em €

Em provisão para impostos está incluída a provisão constituída para uma contingência fiscal em sede de IVA, resultante de uma notificação recebida da Direcção Geral dos Impostos, contestada pela Companhia e relativa a liquidação adicional de IVA dos anos de 1992 a 1996 e respectivos juros compensatórios e de mora, no montante de € 1.225.686,88.

O valor remanescente desta provisão, respeita ao montante de impostos adicionais liquidados em 2006, em resultado da fiscalização efectuada pela DGI em referencia ao exercício de 2003 e impugnada pela MAPFRE.

27 - Não aplicável.

28 - Demonstração dos resultados extraordinários, como se segue:

| CUSTOS E PERDAS | EXERCÍCIOS | | PROVEITOS E GANHOS | EXERCÍCIOS | |
|----------------------------|-------------|-------------|----------------------------|------------|-----------|
| | N | N-1 | | N | N-1 |
| 69100-Donativos | 36.081,92 | 71.057,13 | 79100-Restit impostos | 36.822,70 | |
| 69101-Mecenato | 26.013,10 | 1.000,00 | 79101-Recup divida | | |
| 69102-Desp confidenciais | | | 79102-Red amort prov. | | |
| 69103-Perdas imo corpor | 2.488,17 | 3.531,61 | 79103-Ganho imo corp | 5.573,44 | 9.972,18 |
| 69104-Ofertas a clientes | 1.093,08 | 2.523,38 | 79107-Correc rel. ex. ant. | | |
| 69105-Dividas incobráveis | 12.036,53 | 16.375,55 | 79108-Ot prov. ganho ext. | 48.870,07 | 30.296,58 |
| 69106-Multas penalidades | 17.254,35 | 14.581,61 | | | |
| 69107-Quotiz diversas | 620,00 | 1.343,68 | | | |
| 69108-Correc rel. ex. ant. | | | | | |
| 69109-Ot custo perdas ext. | 222.130,30 | 143.521,52 | | | |
| 83-Result extraordinários | -226.451,24 | -213.665,72 | | | |
| | 91.266,21 | 40.268,76 | | 91266,21 | 40268,76 |

Em €

29 - A proporção em que o imposto sobre os lucros incide sobre os resultados correntes e extraordinários é a seguinte:

| RESULTADOS | PERCENTAGEM |
|-----------------|-------------|
| CORRENTES | 103% |
| EXTRAORDINÁRIOS | -3% |

30 - Não aplicável.

31 - Não aplicável.

32 - Não aplicável.

33 - Com relação às seguintes provisões técnicas:

| RUBRICAS | MONTANTE CALCULADO | CUSTOS AQUISIÇÃO DIFERIDOS | VALOR DE BALANÇO N | VALOR DE BALANÇO N-1 |
|-----------------------------------|--------------------|----------------------------|--------------------|----------------------|
| Provisão p/prémios não adquiridos | 34.262.200,88 | 6.082.231,64 | 28.179.969,24 | -27.145.177,62 |
| Provisão matemática | - | - | - | - |
| Provisão para riscos em curso | 0,00 | 0,00 | 72.883,33 | 0,00 |

Em €

34 - Conforme anexo 5 e 7.

35 - Os reajustamentos apresentados no mapa anexo 5 decorrem da contabilização, segundo critérios prudentes, das provisões para IBNR e IBNER, bem como das reavaliações resultantes do acompanhamento permanente dos processos.

36 - O método de valorimetria aplicado aos Investimentos foi o seguinte:

- Para os terrenos e edifícios, títulos de rendimentos variável e fixo, de acordo com o referido no Ponto 3, deste Anexo.
- Para os empréstimos, depósitos a prazo e depósitos à ordem, valorização ao custo de aquisição/valor histórico, sendo os rendimentos especializados em função do período decorrido até 31 de Dezembro de cada ano.

37 - O método utilizado para a determinação do valor actual dos terrenos e edifícios é o explicitado no Ponto 3, deste Anexo.

Discriminação do valor dos edifícios segundo o exercício correspondente à sua avaliação:

| EXERCÍCIO DA ÚLTIMA AVALIAÇÃO | VALOR DE AQUISIÇÃO | VALOR DE BALANÇO |
|-------------------------------|--------------------|------------------|
| 2006 | 14.878.011,65 | 18.663.200,00 |
| 2005 | 765.587,59 | 650.000,00 |
| 2004 | 222.662,93 | 170.000,00 |
| 2003 | 0,00 | 0,00 |
| 2002 | 2.662.480,97 | 2.580.282,60 |
| Em avaliação | - | - |

Em €

38 - As Bases Técnicas das Rendas Vitalícias, adoptadas pela MAPFRE, assentam nos seguintes pressupostos:

| DESCRIÇÃO | VALOR DOS CAPITAIS DE REMISSÃO | PROVISÕES MATEMÁTICAS |
|-------------------------------|--------------------------------|-----------------------|
| Lei de sobrevivência da tábua | TD 88/90 | GRF 80 |
| Taxa de rendimento | 5,25% | 4,00% |
| Carga de gestão | 0% | 1% |

As responsabilidades com pensionistas estão devidamente avaliadas, já que as referentes às pensões obrigatoriamente remíveis, em anos futuros, não reflectem a redução de responsabilidades inerente à aplicação da TD 88/90 a 5,25%.

39 - A Companhia não tinha a 31 de Dezembro de 2006, quaisquer valores a recuperar, provenientes da aquisição dos direitos dos segurados em relação a terceiros ou da obtenção da propriedade legal dos bens seguros.

40 - Conforme anexo 6.

41 - Relato por segmentos

a) Relato por segmentos de negócio:

| Rubrica | Ramo Vida | Ramos Não Vida | Acidentes e Doença | Incêndio e Outros Danos | Automóvel |
|--|-----------|----------------|--------------------|-------------------------|----------------|
| Prémios brutos emitidos | | 97.802.996,86 | 21.094.906,99 | 12.821.936,62 | 61.590.998,84 |
| Prémios de resseguro cedido | | 14.813.855,89 | 1.406.593,78 | 9.018.933,77 | 3.446.318,50 |
| Prémios brutos adquiridos | | 97.065.449,89 | 20.960.064,94 | 11.857.530,86 | 62.024.324,58 |
| Resultado dos investimentos | | 7.451.772,70 | 1.136.407,60 | 623.950,34 | 5.153.128,52 |
| Custos com sinistros brutos | | 71.872.804,19 | 14.112.074,30 | 6.521.398,94 | 48.254.211,30 |
| Custos de exploração brutos | | 21.791.286,38 | 4.380.877,31 | 2.503.932,51 | 14.495.296,02 |
| Resultado Técnico | | 6.274.446,96 | 3.669.947,17 | 1.373.562,28 | 1.988.361,78 |
| Activos afectos à representação das provisões técnicas | | 157.389.772,76 | 26.694.117,06 | 14.361.349,52 | 106.810.321,42 |
| Provisões técnicas | | 102.450.803,57 | 23.606.153,68 | 8.418.460,71 | 64.366.089,68 |

Em €

b) Relato por segmentos geográficos:

Todos os prémios brutos emitidos de seguro directo são provenientes de contratos celebrados em Portugal.

42 - Não aplicável.

43 - O montante das comissões relativas ao seguro directo, contabilizadas no exercício foi de € 9.181.885,54.

44 - Demonstração dos investimentos segundo a sua afectação:

| RUBRICAS | SEGURO DE VIDA (20,21 e 240) | SEGURO NÃO VIDA (22 e 241) | LIVRES (conta 23) |
|--|---------------------------------|-------------------------------|----------------------|
| Terrenos e edifícios | | 22.063.482,60 | |
| Investimentos em empresas grupo e associadas | | | |
| Outros investimentos financeiros | | 116.052.060,73 | 839.482,67 |
| Depósitos junto empresas cedentes | | | |
| TOTAL | | 138.115.543,33 | 839.482,67 |

Em €

45 - Trespases

Cessão da carteira de seguros dos ramos não vida da Sucursal em Portugal da AEGON UNIÓN ASEGURADORA SOCIEDAD ANÓNIMA DE SEGUROS Y REASEGUROS – O preço total dessa cessão foi inicialmente fixado em € 1.396.634,11, tendo sido acrescido do montante correspondente ao resultado da exploração referente ao período de 1 de Abril de 2001 a 30 de Setembro de 2001, nos termos do contrato celebrado, isto é, € 311.008,26, ou seja um total de € 1.707.642,37.

A Companhia definiu como período para amortização do trespasse, 5 anos, estando, nessa base, amortizada a totalidade do valor da carteira a 31 de Dezembro de 2006.

Foi obtido deferimento da Direcção Geral das Contribuições e Impostos, do pedido de dedução fiscal do montante correspondente à depreciação efectiva da carteira. O remanescente da amortização contabilística é anulado para efeito de apuramento da estimativa do imposto sobre o rendimento.

INVENTÁRIO DE TÍTULOS E PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS (ANEXO 1)

| IDENTIFICAÇÃO DOS TÍTULOS | | Quantidade | Montante do valor nominal | % do valor nominal | Preço médio de aquisição | Valor total de aquisição | Valor de balanço | |
|--|----------------------------|------------|---------------------------|--------------------|--------------------------|--------------------------|------------------|----------------------|
| CÓDIGO | DESIGNAÇÃO | | | | | | Unitário | Total |
| 1 - TÍTULOS DE EMPRESAS DO GRUPO E ASSOCIADAS | | | | | | | | |
| 1.1 - Nacionais | | | | | | | | |
| 1.1.1 - Partes de capital em empresas do grupo | | | | | | | | |
| | ... | | | | | | | |
| | sub-total (1.1.1) | | | | | | | |
| 1.1.2 - Obrigações de empresas do grupo | | | | | | | | |
| | ... | | | | | | | |
| | sub-total (1.1.2) | | | | | | | |
| 1.1.3 - Outros títulos de empresas do grupo | | | | | | | | |
| | ... | | | | | | | |
| | sub-total (1.1.3) | | | | | | | |
| 1.1.4 - Partes de capital em empresas associadas | | | | | | | | |
| | ... | | | | | | | |
| | sub-total (1.1.4) | | | | | | | |
| 1.1.5 - Obrigações de empresas associadas | | | | | | | | |
| | ... | | | | | | | |
| | sub-total (1.1.5) | | | | | | | |
| 1.1.6 - Outros títulos de empresas associadas | | | | | | | | |
| | ... | | | | | | | |
| | sub-total (1.1.6) | | | | | | | |
| | sub-total (1.1) | | | | | | | |
| 1.2 - Estrangeiras | | | | | | | | |
| 1.2.1 - Partes de capital em empresas do grupo | | | | | | | | |
| | ... | | | | | | | |
| | sub-total (1.2.1) | | | | | | | |
| 1.2.2 - Obrigações de empresas do grupo | | | | | | | | |
| | ... | | | | | | | |
| | sub-total (1.2.2) | | | | | | | |
| 1.2.3 - Outros títulos de empresas do grupo | | | | | | | | |
| | ... | | | | | | | |
| | sub-total (1.2.3) | | | | | | | |
| 1.2.4 - Partes de capital em empresas associadas | | | | | | | | |
| | ... | | | | | | | |
| | sub-total (1.2.4) | | | | | | | |
| 1.2.5 - Obrigações de empresas associadas | | | | | | | | |
| | ... | | | | | | | |
| | sub-total (1.2.5) | | | | | | | |
| 1.2.6 - Outros títulos de empresas associadas | | | | | | | | |
| | ... | | | | | | | |
| | sub-total (1.2.6) | | | | | | | |
| | sub-total (1.2) | | | | | | | |
| | Total (1) | | | | | | | |
| 2 - OUTROS TÍTULOS | | | | | | | | |
| 2.1 - Nacionais | | | | | | | | |
| 2.1.1 - Títulos de rendimento fixo | | | | | | | | |
| 2.1.1.1 - De dívida pública | | | | | | | | |
| PTOTECOE0011 | REPÚBLICA DE PORTUGAL | | 1.500.000 | | | 1.471.088,87 | | 1.491.307,08 |
| PTOTEJOE0006 | REPÚBLICA DE PORTUGAL | | 500.000 | | | 487.100,00 | | 493.421,68 |
| PTOTEF0E0000 | REPÚBLICA DE PORTUGAL | | 5.636.416 | | | 5.957.870,86 | | 5.642.559,59 |
| PTOTE20E0000 | REPÚBLICA DE PORTUGAL | | 2.750.000 | | | 2.728.812,25 | | 2.731.038,96 |
| PTOTEBOE0012 | REPÚBLICA DE PORTUGAL | | 2.000.000 | | | 2.131.300,00 | | 2.024.344,46 |
| PTOTEGOE0009 | REPÚBLICA DE PORTUGAL | | 1.000.000 | | | 993.700,00 | | 995.847,16 |
| PTOTEYOE0007 | REPÚBLICA DE PORTUGAL | | 2.140.000 | | | 2.052.988,97 | | 2.055.082,53 |
| | sub-total (2.1.1.1) | | 15.526.416 | | | 15.822.860,95 | | 15.433.601,46 |
| 2.1.1.2 - De outros emissores públicos | | | | | | | | |
| | ... | | | | | | | |
| | sub-total (2.1.1.2) | | | | | | | |
| 2.1.1.3 - De outros emissores | | | | | | | | |
| | ... | | | | | | | |
| | sub-total (2.1.1.3) | | | | | | | |
| | sub-total (2.1.1) | | 15.526.416 | | | 15.822.860,95 | | 15.433.601,46 |
| 2.1.2 - Títulos de rendimento variável | | | | | | | | |
| 2.1.2.1 - Ações | | | | | | | | |
| | ... | | | | | | | |
| | sub-total (2.1.2.1) | | | | | | | |
| 2.1.2.2 - Títulos de participação | | | | | | | | |
| | ... | | | | | | | |
| | sub-total (2.1.2.2) | | | | | | | |
| 2.1.2.3 - Unidades de participação em fundos de investimento | | | | | | | | |
| | ... | | | | | | | |
| | sub-total (2.1.2.3) | | | | | | | |
| 2.1.2.4 - Outros | | | | | | | | |
| | ... | | | | | | | |
| | sub-total (2.1.2.4) | | | | | | | |
| | sub-total (2.1.2) | | | | | | | |
| | total (2.1) | | 15.526.416 | | | 15.822.860,95 | | 15.433.601,46 |
| 2.2 - Estrangeiros | | | | | | | | |
| 2.2.1 - Títulos de rendimento fixo | | | | | | | | |
| 2.2.1.1 - De dívida pública | | | | | | | | |
| ES0000012064 | TESORO PUBLICO | | 2.726.000 | | | 2.889.478,28 | | 2.788.088,27 |
| ES0000012239 | TESORO PUBLICO | | 2.700.000 | | | 2.569.110,00 | | 2.655.031,55 |
| ES0000012387 | TESORO PUBLICO | | 300.000 | | | 299.160,00 | | 301.571,93 |
| ES0000012866 | TESORO PUBLICO | | 3.050.000 | | | 3.096.500,00 | | 3.081.491,23 |
| IT0003844534 | REPÚBLICA DE ITALIA | | 950.000 | | | 962.658,75 | | 961.559,69 |
| DE0001135184 | REPÚBLICA DE ALEMANA | | 3.510.000 | | | 3.770.281,00 | | 3.733.719,37 |
| DE0001135051 | REPÚBLICA ALEMANA | | 50.000 | | | 52.048,75 | | 51.131,24 |
| BE0000306150 | REINO DE BELGICA | | 110.000 | | | 109.457,77 | | 109.462,63 |
| IT0003618383 | REPÚBLICA DE ITALIA | | 700.000 | | | 714.155,57 | | 711.491,24 |
| IT0003493258 | REPÚBLICA DE ITALIA | | 1.000.000 | | | 1.008.940,02 | | 1.007.912,03 |
| ES0000012916 | TESORO PUBLICO | | 500.000 | | | 523.395,00 | | 519.292,24 |
| ES00000704202 | TESORO PUBLICO | | 200.000 | | | 195.509,96 | | 198.060,67 |
| NL0000101707 | GOBIERNO DE HOLANDA | | 2.550.000 | | | 2.496.243,45 | | 2.504.101,41 |
| ES00000708179 | TESORO PUBLICO | | 7.000.000 | | | 6.776.850,72 | | 6.850.863,77 |
| ES00000710191 | TESORO PUBLICO | | 3.100.000 | | | 2.982.950,34 | | 3.015.029,87 |
| ES0000012882 | TESORO PUBLICO | | 1.470.000 | | | 1.466.655,75 | | 1.466.756,18 |
| | sub-total (2.2.1.1) | | 29.916.000 | | | 29.913.395,36 | | 29.955.563,32 |

(Continua na página seguinte)

(Continuação da página anterior)

| IDENTIFICAÇÃO DOS TÍTULOS | | Quantidade | Montante do valor nominal | % do valor nominal | Preço médio de aquisição | Valor total de aquisição | Valor de balanço | |
|--|----------------------------------|---------------------|----------------------------|--------------------|--------------------------|--------------------------|----------------------|----------------------|
| CÓDIGO | DESIGNAÇÃO | | | | | | Unitário | Total |
| 2.2.1.2 - De outros emissores públicos | | | | | | | | |
| | | sub-total (2.2.1.2) | | | | | | |
| 2.2.1.3 - De outros emissores | | | | | | | | |
| ES0390304006 | AYT CEDULAS CAJAS II, FONDO TI | | 1.000.000 | | | 1.026.000,00 | 1.010.345,31 | |
| ES0413440050 | BANCO ESPAÑOL DE CREDITO | | 500.000 | | | 511.720,00 | 509.554,17 | |
| ES0414950644 | CAJA MADRID | | 700.000 | | | 645.606,51 | 646.113,56 | |
| XS0200649944 | ANZ NATIONAL INTL LONDON | | 400.000 | | | 400.840,01 | 400.489,83 | |
| XS0176128675 | AVENTIS | | 200.000 | | | 204.840,00 | 204.016,81 | |
| XS0240949791 | BARCLAYS BANK PLC LONDON | | 500.000 | | | 499.630,00 | 499.507,17 | |
| XS0219724878 | BANCO EUROPEO DE INVERSIONES | | 1.490.000 | | | 1.365.782,94 | 1.366.924,35 | |
| XS0230243221 | BMW US CAPITAL LLC | | 200.000 | | | 194.150,00 | 195.160,01 | |
| XS0186317417 | BANK OF AMERICA CORP. | | 500.000 | | | 506.000,00 | 504.783,03 | |
| XS0215823369 | BANK OF AMERICA CORP. | | 600.000 | | | 622.860,00 | 620.347,20 | |
| ES0214950059 | CAJA MADRID | | 500.000 | | | 495.270,92 | 497.240,92 | |
| FR0000582660 | CAISSE NATL. D'AUTOROUTES | | 125.000 | | | 127.624,66 | 126.572,99 | |
| FR0000207052 | CAISSE NATL. D'AUTOROUTES | | 487.840 | | | 532.227,87 | 503.200,34 | |
| XS0215088450 | DANSKE BANK A/S | | 500.000 | | | 500.000,00 | 499.845,93 | |
| DE0003099990 | DEUTSCHE BAHN FINANCE BV | | 500.000 | | | 479.400,00 | 492.679,15 | |
| XS0230191081 | DNB NOR BANK ASA | | 500.000 | | | 499.100,00 | 499.087,66 | |
| XS0098523797 | ENDESA INTERNATIONAL B.V. | | 200.000 | | | 193.300,00 | 197.992,18 | |
| XS0142222198 | FORTIS FINANCE NV | | 450.000 | | | 483.637,50 | 474.246,88 | |
| XS0126164812 | FRANCE TELECOM | | 250.000 | | | 250.000,00 | 252.340,04 | |
| XS0107330143 | GAS NATURAL FINANCE BV | | 1.000.000 | | | 1.067.933,33 | 1.041.311,07 | |
| FR0000472326 | GAZ DE FRANCE | | 650.000 | | | 669.691,67 | 663.555,48 | |
| XS0165449736 | HBOS PLC | | 600.000 | | | 656.159,90 | 650.180,37 | |
| XS0097762065 | IBERDROLA INTERNATIONAL BV | | 200.000 | | | 198.824,00 | 199.614,11 | |
| XS0235620142 | MORGAN STANLEY | | 600.000 | | | 600.660,00 | 600.637,14 | |
| XS0167068849 | RABOBANK NEDERLAND | | 250.000 | | | 247.935,00 | 248.545,22 | |
| XS0110487062 | REPSOL INTL. FINANCE | | 100.000 | | | 99.950,00 | 99.943,38 | |
| XS0201065496 | ROYAL BANK OF SCOTLAND | | 600.000 | | | 642.120,00 | 638.314,36 | |
| XS0171966249 | SCHIPHOL NEDERLAND B.V. | | 500.000 | | | 499.000,00 | 499.128,30 | |
| XS0094758181 | SIEMENS FINANCINGSMAT | | 285.000 | | | 300.903,00 | 286.505,42 | |
| XS0241945236 | TELEFONICA EMISIONES SAU | | 300.000 | | | 299.190,00 | 299.304,04 | |
| XS0188109994 | TOKYO ELECTRIC POWER CO INC. | | 150.000 | | | 162.165,00 | 160.632,91 | |
| XS0203714802 | TERNA SPA | | 600.000 | | | 602.400,00 | 601.858,80 | |
| XS0234775483 | UBS AG JERSEY BRANCH | | 500.000 | | | 500.350,00 | 500.116,16 | |
| ES0230670210 | ENDESA, S.A. | | 500.000 | | | 498.400,00 | 499.522,68 | |
| ES0313770049 | BANCO PASTOR | | 500.000 | | | 501.100,00 | 500.714,16 | |
| XS0159012847 | EUROB. TESCO | | 425.000 | | | 435.837,50 | 434.304,58 | |
| NL0000118024 | EUROB. ABN AMOR SUB | | 500.000 | | | 541.650,00 | 536.101,65 | |
| XS0256996538 | EUROB. EDP FINANCE BV | | 400.000 | | | 399.412,00 | 399.364,02 | |
| XS0257885086 | EUROB. NV NEDERLANDSE GASUNIE | | 200.000 | | | 199.716,00 | 199.680,46 | |
| ES0312362017 | BO. THIP AYT CED CAJAS VIII | | 700.000 | | | 684.810,00 | 685.317,03 | |
| XS0259231974 | EUROB. BNG | | 350.000 | | | 347.620,00 | 347.639,13 | |
| XS0262913998 | WACHOVIA CORP (FIRST UNION COR | | 700.000 | | | 695.359,00 | 695.342,75 | |
| XS0266838662 | ALLIED IRISH BANKS PLC | | 300.000 | | | 299.850,00 | 299.813,77 | |
| XS0267516911 | ING VERZEKERINGEN NV | | 500.000 | | | 499.465,00 | 499.409,15 | |
| XS0268558375 | BANK OF IRELAND | | 600.000 | | | 599.783,28 | 599.721,06 | |
| ES05648720N4 | UNICAJA (C.A. RONDA, CADIZ, ALME | | 600.000 | | | 590.128,16 | 595.502,92 | |
| ES05154740K4 | CAJA ESPAÑA DE INVERSIONES | | 650.000 | | | 639.255,14 | 645.105,12 | |
| ES05148544D4 | CAJA DUERO (C.A. DE SALAMANCA | | 600.000 | | | 590.402,57 | 595.785,65 | |
| XS0262914020 | WACHOVIA CORP (FIRST UNION COR | | 300.000 | | | 299.730,00 | 299.704,08 | |
| XS0240722313 | NATIONAL AUSTRALIA BANK | | 600.000 | | | 599.820,00 | 599.747,72 | |
| XS0267299633 | BANK OF AMERICA CORP. | | 350.000 | | | 349.296,50 | 349.267,60 | |
| XS0261469505 | AUSTRALIA & N. ZEALAND BANKING | | 500.000 | | | 499.850,00 | 499.791,75 | |
| XS0200597457 | ABN AMRO BANK N.V. AMSTERDAM | | 200.000 | | | 200.380,00 | 200.341,49 | |
| XS0269740899 | SNS BANK NEDERLAND | | 500.000 | | | 499.790,00 | 499.759,03 | |
| XS0272770396 | GE CAPITAL EUROPEAN FUNDING | | 650.000 | | | 644.904,00 | 644.892,99 | |
| FR0010394478 | CARREFOUR SA | | 350.000 | | | 347.459,00 | 347.487,90 | |
| XS0274906449 | IBM CORP | | 600.000 | | | 598.914,00 | 598.883,73 | |
| FR0010394437 | LA POSTE | | 300.000 | | | 297.867,00 | 297.846,97 | |
| DE0003933511 | DEUTSCHE BANK AG FRANKFURT | | 750.000 | | | 747.825,00 | 747.892,12 | |
| | | | sub-total (2.2.1.3) | | | 28.693.895,54 | 28.609.033,80 | |
| | | | sub-total (2.2.1) | | | 58.478.840 | 58.607.290,90 | 58.564.597,12 |
| 2.2.2 - Títulos de rendimento variável | | | | | | | | |
| 2.2.2.1 - Ações | | | | | | | | |
| CH0012056047 | NESTLE SA REGISTERED | 700 | | | 387,65 | 172.782,00 | 433,00 | 188.623,97 |
| CH0012005267 | NOVARTI AG-REG | 10.470 | | | 67,28 | 451.800,85 | 70,25 | 457.724,30 |
| CH0012032048 | ROCHE HOLDING AG- GENUSSS | 505 | | | 194,90 | 63.024,67 | 218,50 | 68.667,89 |
| ES0113211835 | BANCO BILBAO VIZCAYA ARGENTARI | 31.500 | | | 9,38 | 295.425,44 | 18,24 | 574.560,00 |
| ES0113440038 | BANCO ESPAÑOL DE CREDITO | 7.000 | | | 13,78 | 96.478,79 | 16,76 | 117.320,00 |
| ES0113790531 | BANCO POPULAR ESPAÑOL S.A. | 40.000 | | | 9,02 | 360.996,84 | 13,73 | 549.200,00 |
| ES0113900J37 | BANCO SANTANDER CENTRAL HISPAN | 50.000 | | | 7,85 | 392.487,42 | 14,14 | 707.000,00 |
| ES0167050915 | ACS ACTIVIDADES DE CONST. Y SE | 4.500 | | | 13,08 | 58.862,57 | 42,71 | 192.195,00 |
| ES0130960018 | ENAGAS | 10.000 | | | 15,68 | 156.834,45 | 17,62 | 176.200,00 |
| ES0144580018 | IBERDROLA S.A. | 16.000 | | | 14,85 | 237.670,72 | 33,12 | 529.920,00 |
| ES0173093115 | RED ELECTRICA DE ESPAÑA S.A. | 10.000 | | | 13,62 | 136.189,72 | 32,49 | 324.900,00 |
| ES0132105018 | ACERINOX, S.A. | 13.000 | | | 12,71 | 165.294,52 | 23,05 | 299.650,00 |
| ES0173516115 | REPSOL YPF, S.A. | 6.000 | | | 16,99 | 101.927,72 | 26,20 | 157.200,00 |
| ES0178430E18 | TELEFONICA, S.A. | 49.600 | | | 9,81 | 486.349,84 | 16,12 | 799.552,00 |
| NL0000301109 | ABN AMRO HOLDING NV | 16.880 | | | 17,72 | 299.067,71 | 24,35 | 411.028,00 |
| FR0000120628 | AXA | 6.670 | | | 20,05 | 133.763,93 | 30,67 | 204.568,90 |
| DE0005151005 | BASF AG | 2.880 | | | 40,93 | 117.878,51 | 73,85 | 212.688,00 |
| FR0000131104 | BNP PARIBAS PARIS | 4.110 | | | 58,00 | 238.400,03 | 82,65 | 339.691,50 |
| DE0005557508 | DEUTSCHE TELEKOM AG | 44.860 | | | 12,98 | 582.487,36 | 13,84 | 620.862,40 |
| IT0003132476 | ENI SPA | 21.085 | | | 20,13 | 424.358,59 | 25,48 | 537.245,80 |
| DE0007614406 | E.ON AG | 3.380 | | | 64,50 | 218.026,81 | 102,83 | 347.565,40 |
| BE0003801181 | FORTIS BANK BRUXELLES | 4.870 | | | 29,42 | 143.269,17 | 32,31 | 157.349,70 |
| FR0000133308 | FRANCE TELECOM SA | 10.941 | | | 20,12 | 220.081,07 | 20,95 | 229.213,95 |
| NL0000303600 | ING GROEP N.V. | 9.320 | | | 27,48 | 256.099,54 | 33,59 | 313.058,80 |
| FI0009000481 | NOKIA OYJ | 14.000 | | | 11,76 | 164.702,82 | 15,48 | 216.720,00 |
| GB00B03MLX29 | ROYAL DUTCH SHELL PLC | 15.858 | | | 21,70 | 344.137,50 | 26,72 | 423.725,76 |
| DE0007236101 | SIEMENS AG | 5.730 | | | 52,92 | 303.212,69 | 75,14 | 430.552,20 |

(Continua na página seguinte)

(Continuação da página anterior)

| IDENTIFICAÇÃO DOS TÍTULOS | | Quantidade | Montante do valor nominal | % do valor nominal | Preço médio de aquisição | Valor total de aquisição | Valor de balanço | |
|---------------------------|--|----------------|---------------------------|--------------------|--------------------------|--------------------------|------------------|----------------------|
| CÓDIGO | DESIGNAÇÃO | | | | | | Unitário | Total |
| FR0000130809 | SOCIETE GENERALE PARIS | 3.340 | | | 113,07 | 377.659,14 | 128,60 | 429.524,00 |
| FR0000120271 | TOTAL SA | 8.320 | | | 43,07 | 358.377,25 | 54,65 | 454.688,00 |
| IT0000064854 | UNICREDITO ITALIANO SPA | 14.980 | | | 6,63 | 99.293,89 | 6,64 | 99.467,20 |
| NL0000009355 | UNILEVER PLC | 27.440 | | | 17,45 | 478.737,49 | 20,70 | 568.008,00 |
| GB0009252882 | GLAXOSMITHKLINE PLC | 3.440 | | | 14,69 | 74.984,96 | 13,44 | 68.851,21 |
| | sub-total (2.2.2.1) | 467.379 | | | 1.379 | 8.010.664,01 | 1.757,82 | 11.207.521,98 |
| | 2.2.2.2 - Títulos de participação | | | | | | | |
| | ... | | | | | | | |
| | sub-total (2.2.2.2) | | | | | | | |
| | 2.2.2.3 - Unidades de participação em fundos de investimento | | | | | | | |
| ES0138298031 | FONDMAPFRE BOLSA ASIA F.I. | 71.253 | | | 7,58 | 540.000,00 | 7,43 | 529.672,40 |
| ES0138556032 | FONDMAPFRE BOLSA GLOBAL F.I. | 164.889 | | | 6,06 | 1.000.000,00 | 5,58 | 919.569,55 |
| LU0043136406 | CAPITAL INVESTMENT FUND | 3.840 | | | 182,28 | 699.999,86 | 178,60 | 685.867,75 |
| ES0138902038 | FONDMAPFRE DINERO F.I. | 3.613 | | | 1.333,78 | 4.818.473,26 | 1.338,65 | 4.836.078,01 |
| ES0147625034 | FONDMAPFRE DIVERSIFICACION F.I. | 55.529 | | | 9,04 | 501.832,13 | 13,96 | 775.152,46 |
| | sub-total (2.2.2.3) | 299.125 | | | 1.539 | 7.560.305,25 | 1.544,22 | 7.746.340,17 |
| | 2.2.2.4 - Outros | | | | | | | |
| | ... | | | | | | | |
| | sub-total (2.2.2.4) | | | | | | | |
| | sub-total (2.2.2) | 766.504 | | | | 15.570.969,26 | | 18.953.862,15 |
| | total (2.2) | 766.504 | 58.478.840 | | 2.918 | 74.178.260,16 | 3.302,04 | 77.518.459,27 |
| | Total (2) | 766.504 | 74.005.256 | | 2.918 | 90.001.121,11 | 3.302,04 | 92.952.060,73 |
| | 3 - TOTAL GERAL | 766.504 | 74.005.256 | | 2.918 | 90.001.121,11 | 3.302,04 | 92.952.060,73 |

Valores em euros

IMOBILIZAÇÕES INCORPÓREAS E IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS (ANEXO 2)

| RUBRICAS | Saldo Inicial | | Aumentos | | Transf. e abates | Alienações | Amortizações do exercício | | Saldo Final (valor líquido) |
|--|----------------------|----------------------|---------------------|----------|---------------------|------------------|---------------------------|-------------------|-----------------------------|
| | Valor Bruto | Amortizações | Aquisições | Reavali. | | | Reforço | Regularizações | |
| IMOBILIZAÇÕES INCORPÓREAS | | | | | | | | | |
| Despesas de constituição e instalação | 411.588,35 | 369.763,55 | | | | | 41.824,80 | | |
| Despesas de investigação e desenvolvimento | | | | | | | | | |
| Despesas em edifícios arrendados | 265.340,75 | 201.072,84 | | | -12.017,89 | | 21.034,70 | -7.726,81 | 47.524,29 |
| Trespases | 13.796.099,30 | 13.539.952,92 | | | | | 256.146,38 | | |
| Outras imobilizações incorpóreas | | | | | | | | | |
| Imobilizações em curso | | | | | | | | | |
| Adiantamentos por conta | | | | | | | | | |
| sub-total | 14.473.028,40 | 14.110.789,31 | | | -12.017,89 | 0,00 | 319.005,88 | -7.726,81 | 47.524,29 |
| IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS | | | | | | | | | |
| Equipamento administrativo | 1.363.333,68 | 1.136.694,88 | 59.811,31 | | 136.977,83 | 0,00 | 72.373,44 | 109.890,12 | 186.988,96 |
| Máquinas e ferramentas | 617.897,04 | 464.982,09 | 48.586,13 | | 221.118,48 | 14.006,24 | 28.482,99 | 154.869,85 | 92.763,22 |
| Equipamento informático | 4.163.085,02 | 3.149.003,49 | 1.146.528,20 | | 40.495,13 | | 694.181,39 | 104.640,22 | 1.530.573,43 |
| Instalações interiores | 1.509.210,95 | 1.219.907,73 | 103.245,23 | | -169.662,53 | | 83.171,87 | -134.130,15 | 344.908,96 |
| Material de transporte | | | 2.476,56 | | | 2.476,56 | | | |
| Equipamento hospitalar | | | | | | | | | |
| Outras imobilizações corpóreas | 277.380,24 | 47.130,77 | 15.462,12 | | -124.844,08 | | 39.904,90 | -123.943,04 | 206.707,73 |
| Imobilizações em curso | | | | | | | | | |
| Adiantamentos por conta | 753.620,91 | | 104.019,96 | | 759.502,58 | | | | 98.138,29 |
| sub-total | 8.684.527,84 | 6.017.718,96 | 1.842.032,81 | | 1.216.187,98 | 16.482,80 | 918.114,59 | 111.327,00 | 2.469.383,32 |
| Total | 23.157.556,24 | 20.128.508,27 | 1.842.032,81 | | 1.204.170,09 | 16.482,80 | 1.237.120,47 | 103.600,19 | 2.516.907,61 |

Valores em euros

TERRENOS E EDIFÍCIOS (ANEXO 3)

| RUBRICAS | Saldo Inicial | | Aquisições e beneficências (3) | Reavaliações e diminuições de valor (4) | Transferências (*) | | Alienações | | Saldo Final | |
|-------------------------|------------------------------|----------------------------|--------------------------------------|---|------------------------------|----------------------------|------------------------------|----------------------------|--|---|
| | Valor de aquisição (1) | Valor de balanço (2) | | | Valor de aquisição (5) | Valor de balanço (6) | Valor de aquisição (7) | Valor de balanço (8) | Valor de aquisição (9) = (1)+(3)+(5)-(7) | Valor de balanço (10) = (2)+(3)+(4)+(6)-(8) |
| De serviço próprio | | | | | | | | | | |
| Terrenos | | | | | | | | | | |
| Edifícios | 16.602.494,93 | 19.457.961,88 | 253.133,22 | 149.070,30 | | | 97.170,74 | 110.000,00 | 16.758.457,41 | 19.750.165,40 |
| De rendimento | | | | | | | | | | |
| Terrenos | | | | | | | | | | |
| Edifícios | 1.839.122,56 | 2.340.606,55 | 80.743,33 | 26.642,75 | | | 149.580,16 | 134.675,43 | 1.770.285,73 | 2.313.317,20 |
| Imobilizações em curso | | | 9.302,73 | | | | | | 9.302,73 | 9.302,73 |
| Adiantamentos por conta | | | | | | | | | | |
| Total | 18.441.617,49 | 21.798.568,43 | 343.179,28 | 175.713,05 | 0,00 | 0,00 | 246.750,90 | 244.675,43 | 18.538.045,87 | 22.072.785,33 |

Valores em euros

NOTA: (*) As saídas são inscritas com valor negativo

INVESTIMENTOS EM EMPRESAS DO GRUPO E ASSOCIADAS E OUTROS INVESTIMENTOS FINANCEIROS (EXCEPTO TÍTULOS) (ANEXO 4)

| RUBRICAS | Saldo inicial (1) | Aumentos (2) | Diminuições de valor (3) | Alienações ou reembolsos (4) | Saldo final (5) |
|---|----------------------|----------------------|--------------------------------|------------------------------------|----------------------|
| Investimentos em empresas do grupo e associadas | | | | | |
| Empréstimos a empresas do grupo | | | | | |
| Empréstimos a empresas associadas | | | | | |
| Outros investimentos financeiros | | | | | |
| Empréstimos hipotecários | | | | | |
| Outros empréstimos | | | | | |
| Empréstimos sobre apólices | | | | | |
| Empréstimos sobre títulos | | | | | |
| Outros | 720.770,21 | 407.328,59 | 147.811,09 | 140.805,04 | 839.482,67 |
| ... | | | | | |
| Depósitos em instituições de crédito | 25.146.460,66 | 38.570.000,00 | | 40.616.460,66 | 23.100.000,00 |
| Outros | | | | | |
| ... | | | | | |
| Depósitos junto de empresas cedentes | | | | | |
| Total | 25.867.230,87 | 38.977.328,59 | 147.811,09 | 40.757.265,70 | 23.939.482,67 |

Valores em euros

DESENVOLVIMENTO DA PROVISÃO PARA SINISTROS RELATIVA A SINISTROS OCORRIDOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES E DOS SEUS REAJUSTAMENTOS (CORRECÇÕES) (ANEXO 5)

| RAMOS/GRUPOS DE RAMOS | Provisão para sinistros em 31/12/N-1 (1) | Custos com sinistros * montantes pagos no exercício (2) | Provisão para sinistros * em 31/12/N (3) | Reajustamentos (3)+(2)-(1) |
|-------------------------------|--|---|--|----------------------------|
| VIDA | | | | 0 |
| NÃO VIDA | | | | |
| ACIDENTES E DOENÇA | 20.134.652,24 | 6.547.992,56 | 13.345.604,29 | -241.055,39 |
| INCÊNDIO E OUTROS DANOS | 2.116.764,14 | 1.293.739,69 | 748.536,92 | -74.487,53 |
| AUTOMÓVEL | | | | |
| – RESPONSABILIDADE CIVIL | 32.600.280,87 | 13.067.110,55 | 19.384.223,43 | -148.946,89 |
| – OUTRAS COBERTURAS | 2.772.417,18 | 3.147.346,05 | 131.628,75 | 506.557,62 |
| MARÍTIMO, AÉREO E TRANSPORTES | 193.476,42 | 93.821,26 | 42.435,20 | -57.219,96 |
| RESPONSABILIDADE CIVIL GERAL | 3.113.779,88 | 505.296,49 | 4.174.430,42 | 1.565.947,03 |
| CRÉDITO E CAUÇÃO | | | | |
| PROTECÇÃO JURÍDICA | | | | |
| ASSISTÊNCIA | | | | |
| DIVERSOS | | 10.068,53 | | 10.068,53 |
| TOTAL | 60.931.370,73 | 24.665.375,13 | 37.826.859,01 | 1.560.863,41 |
| TOTAL GERAL | 60.931.370,73 | 24.665.375,13 | 37.826.859,01 | 1.560.863,41 |

Valores em euros

NOTAS:

* Sinistros ocorridos no ano N-1 e anteriores.

DISCRIMINAÇÃO DE ALGUNS VALORES POR RAMOS (ANEXO 6)

| RAMOS/GRUPOS DE RAMOS | Prémios brutos emitidos | Prémios brutos adquiridos | Custos com sinistros brutos* | Custos de exploração brutos* | Saldo de resseguro |
|-------------------------------|-------------------------|---------------------------|------------------------------|------------------------------|---------------------|
| SEGURO DIRECTO | | | | | |
| ACIDENTES E DOENÇA | 21.094.906,99 | 20.960.064,94 | 14.112.074,30 | 4.380.877,31 | 1.182.138,41 |
| INCÊNDIO E OUTROS DANOS | 12.821.936,62 | 11.857.530,86 | 6.521.398,94 | 2.503.932,51 | 2.828.355,64 |
| AUTOMÓVEL | | | | | |
| – RESPONSABILIDADE CIVIL | 38.117.530,54 | 38.048.542,10 | 33.548.410,39 | 9.259.568,86 | -820.900,70 |
| – OUTRAS COBERTURAS | 23.473.468,30 | 23.975.782,48 | 14.705.800,91 | 5.235.727,17 | 1.077.312,27 |
| MARÍTIMO, AÉREO E TRANSPORTES | 436.857,43 | 428.363,10 | 98.506,92 | 80.075,67 | 147.922,43 |
| RESPONSABILIDADE CIVIL GERAL | 1.746.524,39 | 1.682.144,21 | 2.857.583,50 | 316.450,60 | 4.709,37 |
| CRÉDITO E CAUÇÃO | | | | | |
| PROTECÇÃO JURÍDICA | | | | | |
| ASSISTÊNCIA | | | | | |
| DIVERSOS | 111.772,59 | 113.022,20 | 29.029,23 | 14.654,26 | 58.305,02 |
| sub-total | 97.802.996,86 | 97.065.449,89 | 71.872.804,19 | 21.791.286,38 | 4.477.842,44 |
| RESSEGURO ACEITE | | | | | |
| TOTAL | 97.802.996,86 | 97.065.449,89 | 71.872.804,19 | 21.791.286,38 | 4.477.842,44 |

Valores em euros

NOTAS:

* Sem dedução da parte dos resseguradores.

DISCRIMINAÇÃO DOS CUSTOS COM SINISTROS (ANEXO 7)

| RAMOS/GRUPOS DE RAMOS | Montantes pagos - prestações (1) | Montantes pagos - custos de gestão de sinistros imputados (2) | Variação da provisão para sinistros (3) | Custos com sinistros (4)=(1)+(2)+(3) |
|-------------------------------|---|--|--|---|
| SEGURO DIRECTO | | | | |
| ACIDENTES E DOENÇA | 11.004.667,66 | 1.223.206,40 | 1.884.200,24 | 14.112.074,30 |
| INCÊNDIO E OUTROS DANOS | 4.183.606,70 | 517.507,43 | 1.820.284,81 | 6.521.398,94 |
| AUTOMÓVEL | | | | |
| – RESPONSABILIDADE CIVIL | 24.114.286,89 | 2.648.450,39 | 6.785.673,11 | 33.548.410,39 |
| – OUTRAS COBERTURAS | 12.992.750,17 | 1.276.381,83 | 436.668,91 | 14.705.800,91 |
| MARÍTIMO, AÉREO E TRANSPORTES | 213.496,22 | 10.760,47 | -125.749,77 | 98.506,92 |
| RESPONSABILIDADE CIVIL GERAL | 620.761,70 | 70.829,87 | 2.165.991,93 | 2.857.583,50 |
| CRÉDITO E CAUÇÃO | | | | |
| PROTECÇÃO JURÍDICA | | | | |
| ASSISTÊNCIA | | | | |
| DIVERSOS | 1.515,55 | 8.879,84 | 18.633,84 | 29.029,23 |
| sub-total | 53.131.084,89 | 5.756.016,23 | 12.985.703,07 | 71.872.804,19 |
| RESSEGURO ACEITE | | | | |
| TOTAL | 53.131.084,89 | 5.756.016,23 | 12.985.703,07 | 71.872.804,19 |

Valores em euros

The background is a solid red color. Two thin white curved lines intersect to form a large, irregular white shape that frames the text. One line curves from the top left towards the bottom right, and the other curves from the top right towards the bottom left.

**Certificação legal das contas
e relatório e parecer
do fiscal único**

MAPFRE SEGUROS GERAIS, S. A.

**CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006**

**ERNST & YOUNG AUDIT & AUDIT & ASSOCIADOS – SROC, S. A.
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas**



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

INTRODUÇÃO

1. Examinámos as demonstrações financeiras anexas de **MAPFRE SEGUROS GERAIS, S.A.**, as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2006 (que evidencia um total de 184.735.439,68 Euros e um total de capital próprio de 64.384.387,19 Euros, incluindo um resultado líquido de 5.226.956,78 Euros), a Conta de Ganhos e Perdas do exercício findo naquela data e o correspondente Anexo ao Balanço e à Conta de Ganhos e Perdas.

RESPONSABILIDADES

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa e o resultado das suas operações, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

ÂMBITO

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:

- a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;
 - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
 - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
 - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.
5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.
6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

OPINIÃO

7. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira de **MAPFRE SEGUROS GERAIS, S.A.** em 31 de Dezembro de 2006 e o resultado das suas operações no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites para o sector segurador em Portugal.

Lisboa, 7 de Fevereiro de 2007

ERNST & YOUNG AUDIT & ASSOCIADOS – SROC, S.A.
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, nº 178
Representada por:



Ana Rosa Ribeiro Salcedas Montes Pinto (ROC nº 1230)



■ Ernst & Young Audit & Associados-SROC, S.A. ■ Tel.: (351) 217 912 000
 Edifício República Fax: (351) 217 957 586
 Avenida da República, 90 - 6.º
 1600-206 Lisboa
 Portugal

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Senhores Accionistas,

De acordo com o disposto nos artigos nºs 420º e 421º do Código das Sociedades e no cumprimento das funções de Fiscal Único da **MAPFRE SEGUROS GERAIS, S.A.**, relativas ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2006, procedemos à fiscalização dos actos do Conselho de Administração da Sociedade, averiguámos da observância do cumprimento da Lei e do contrato da Sociedade, procedemos à verificação periódica dos livros e registos contabilísticos, bem como dos documentos de suporte, efectuámos testes por amostragem às transacções e saldos e levámos a cabo outros procedimentos julgados necessários nas circunstâncias.

Procedemos ainda à verificação do Balanço, Conta de Ganhos e Perdas e do respectivo Anexo, bem como dos princípios contabilísticos subjacentes. Do Conselho de Administração e dos serviços obtivemos sempre a documentação e os esclarecimentos solicitados, o que agradecemos.

Nesta data, emitimos a Certificação Legal das Contas, sem reservas nem ênfases, que consideramos parte integrante deste relatório.

Face ao que ficou dito na Certificação Legal das Contas, somos de parecer que:

- a) Aproveem o Relatório de Gestão e as Contas do Exercício de 2006 apresentados pelo Conselho de Administração;
- b) Aproveem a proposta de aplicação de resultados contida no mencionado Relatório de Gestão.

Lisboa, 7 de Fevereiro de 2007

O FISCAL ÚNICO

ERNST & YOUNG AUDIT & ASSOCIADOS – SROC, S.A
 Sociedade de Revisores Oficiais de Contas (SROC Nº 178)
 Representada por:

Ana Rosa Ribeiro Salcedas Montes Pinto (ROC nº 1230)

■ Sociedade Anónima, C. R. Comercial de Lisboa – matrícula n.º 11337
 Inscrição n.º 178 na Ordem dos Revisores Oficiais de Contas
 Inscrição n.º 9011 na Comissão do Mercado de Valores Mobiliários
 Contribuinte 505 988 283 – Capital Social 750.000 euros

Diseño y maquetación: Tau Diseño

Imprime: Monterreina

Depósito legal: M-

MAPFRE contribuye a la conservación del medio ambiente. Este folleto ha sido impreso con procesos respetuosos con el medio ambiente, en papel ecológico y libre de cloro.

Este folleto recoge el Informe de Gestión y las Cuentas Anuales Consolidadas del ejercicio 2006 con el correspondiente Informe de Auditoría de MAPFRE S.A., así como diversa información adicional. La Entidad tiene a disposición de sus accionistas y personas interesadas el Informe de Gestión y Cuentas Anuales Individuales con su correspondiente Informe de Auditoría.